



ÍROHIN

Brasília, ano XII, nº 21

A luta contra a intolerância e o racismo

Foto: Wilson Mmilitao



Foto: Wilson Mmilitao



O povo-de-santo reage em defesa de seus valores de cultura e de civilização, contra a intolerância religiosa praticada principalmente pelos neopentecostais, e mostra sua vitalidade nas ruas de Salvador (p.7). Em Brasília, segue-se aguardando decisão do STJ à reivindicação de direito de resposta em ação civil pública para reparar os abusos da intolerância nos meios de comunicação (p.9).



Foto: Daniel Cardoso

IROHIN - Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros

História: prepare-se para o embate ou engula o sapo

O historiador Flávio Gomes comenta que Palmares como sociedade multiétnica é uma invenção e uma extrapolação sem apoio em pesquisas documentais (ver *Palmares* Editora Contexto, 2005, pp.59-60). Sem negar a possibilidade de contatos de palmaristas/palmarinos com outros grupos, o historiador afirma que "Até hoje as evidências apontam que prevaleciam em Palmares os africanos fugidos e seus descendentes".

É verdade que não sabemos até quando. Há convicções e motivações ideológicas dispostas a mandar às favas as evidências documentais e transformar Palmares numa proto-versão do paraíso racial. Parodiando os versos de Jorge Ben, Zumbi é senhor das guerras/Senhor das demandas/Mas quando Zumbi chega/D. Maria é quem manda.

D. Maria, dita "esposa" de Zumbi, rainha de Palmares, é criação de Ruy Jobim Neto, autor do texto e das ilustrações de "Zumbi", da Bentivegna Editora Ltda., de São Paulo [www.bentivegna.com.br e tel.: (11)33411477]. É material destinado ao público infantil, de venda casada com cartilha da Coleção Atividade Brincar. Adquirimos, por R\$9,90, um exemplar no Supermercado Extra localizado próximo à sede do Irohin, no final da Av. W3 Norte, Brasília-DF, em 26.11.2007.

Ruy Jobim Neto escreveu que "Zumbi está hoje no coração e nas mentes de todo o povo brasileiro. Se hoje nossas crianças brincam juntas e livres, tiveram mesmo sem saber neste grande herói uma fonte inspiradora, um

exemplo a ser seguido, repleto de lutas e sonhos a serem atingidos, tal como nos gloriosos dias do Quilombo dos Palmares".

Ruy criou a figura de D. Maria de olho no presente das crianças que brincam alegres e felizes sem que nada as distinga, exceto o detalhe irrelevante da cor da pele (2ª ilustração). Vestem o uniforme com as cores que importam e que simbolizam a unidade nacional, a igualdade de todos na convivência harmoniosa que anulou todas as diferenças. Convivência fraterna, democrática, assentada nos valores republicanos. Valeu, Zumbi. Valeu, D. Maria.

Assim, tudo teria começado em Palmares. Tanto as sementes do paraíso racial, quanto as primeiras germinações de enredos e personagens de novelas de televisão. Lázaro Ramos e Débora Fallabela, na novela "Duas Caras", repetiriam apenas dramas vividos intensamente, no século XVII, por um rebelde líder negro e a filha loura de um senhor de engenho. Que tal?

Palmares tem se mostrado uma experiência histórica vigorosa e muito valiosa para o desenvolvimento de referências simbólicas que estimularam, nas últimas décadas, a mobilização e a iniciativa política de grupos negros em todo o país. Sucessivas gerações de militantes transformaram Palmares em ponta-de-lança no desafio político-ideológico com que vimos confrontando a opressiva história oficial brasileira.

Como disse Edward Said, "a redação da história e as acumulações da memória têm sido consideradas de muitas maneiras como um dos fundamentos essenciais do poder, orientan-

do suas estratégias, traçando o seu progresso" (*Humanismo e crítica democrática*. Companhia das Letras, 2007).

A criação de D. Maria, a rainha quilombola loura, é parte da estratégia dos que não abrem mão de decidir o que é história. De certo modo, a luta prossegue em Palmares, mesmo após tantos séculos. Uma disputa acirrada em que os adversários dos palmaristas buscam agora ofuscar distinções opressivas, negar identidades e impor homogeneidades. Tudo em nome de superiores "interesses nacionais". Na verdade, tudo em nome dos interesses contrários às políticas públicas de superação das desigualdades raciais.

Mas não é somente Palmares que está em disputa. Antes mesmo que se inicie 2008, o "Jornal Nacional" e o "Fantástico", programas de grande audiência da Rede Globo, já estão engajados na promoção do bicentenário da vinda de D. João VI ao Brasil. O governo federal já embarcou nessa, com grande agito nos bastidores. E os 120 anos da chamada Lei Áurea? Quem se atreve a bancar "uma verificação objetiva dos resultados práticos da lei de 13 de maio de 1888"? Assim questionava Abdias Nascimento em 1968, referindo-se aos 80 anos da Abolição (*Cartões Brasileiros*, 80 anos de Abolição, nº 47, maio/junho de 1968).

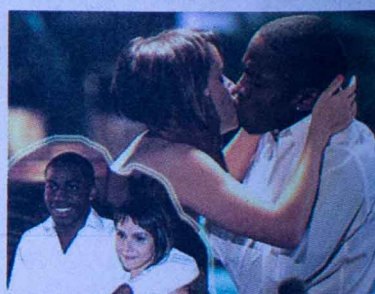
O ano de 2008 favorece o confronto de discursos sobre a história – um embate nada acadêmico e decisivo para a defesa das legítimas reivindicações dos afro-brasileiros. Participe.

Edson Lopes Cardoso

edsoncardoso@irohin.org.br



Zumbi está hoje no coração e nas mentes de todo o povo brasileiro. Se hoje nossas crianças brincam juntas e livres, tiveram mesmo sem saber neste grande herói uma fonte inspiradora, um exemplo a ser seguido, repleto de lutas e sonhos a serem atingidos, tal como nos gloriosos dias do Quilombo dos Palmares.



IROHIN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 16 mil exemplares - Esta edição foi impressa em dezembro de 2007.

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohin, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe Irohin: Ana Flávia Magalhães Pinto (DF6986JP), Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Daniela Giovana, Darlete Arruda Oliveira, Elisabete Lopes Cardoso, Fernanda Felisberto, Jamile Menezes, Juliana César Nunes, Lunde Braghini (MT158/93), Mário Theodoro, Pérciles Cunha, Regina Adami, Renata Nóbrega e Wania Sant'Anna.

Editoração eletrônica: Jorge Paulo de França Jr.

Desenho/Capa (Oxê de Xangô): J. Cunha

Site: www.irohin.org.br

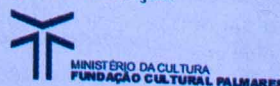
e-mail: irohin@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. **CEP:** 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 3447-1729.

Apoio de: Fundação Ford

Apoio nesta edição:



Ministério da Cultura





A legitimação do extermínio

O filme “Tropa de Elite” propõe uma leitura que se encaixa perfeitamente na lógica de “segurança pública” que se quer consolidar explicitamente no país. Trata-se de legitimar práticas de um extermínio dirigido a determinados segmentos da população. Práticas essas apresentadas como uma necessidade, nunca como escolha.

Ana Luíza Pinheiro Flauzina*

“Combata a pobreza, mate um mendigo”, é a pichação que indica a penetração do extermínio no imaginário social latino-americano com que Eduardo Galeano se depara nos muros da cidade de La Paz, na década de 1970. Diante de tal clamor, se perguntou o escritor e jornalista uruguaio: “o que propõem os herdeiros de Malthus se não matar a todos os próximos mendigos antes que nasçam?”

Na análise então proposta por Galeano em “Veias abertas da América Latina”, a pobreza é o grande instrumento empregado nas práticas institucionais para a eliminação dos contingentes populacionais marginalizados, dentro do projeto desenhado para a região. Ao que tudo indica, quatro décadas depois, se os objetivos das elites no controle dos segmentos negro e indígena não se transformaram consubstancialmente, a estratégia, no novo contexto internacional, parece ter se sofisticado.

No Brasil, por exemplo, abundam situações em que a explicitação do extermínio está cada vez mais naturalizada, sendo o instrumento utilizado para a consecução do projeto genocida nitidamente deslocado para o âmbito das políticas de “segurança pública”.

Não nos deixa mentir o tão comentado “Tropa de Elite”, filme do diretor José Padilha. E a rapaziada não brinca mesmo em serviço. Cientes de que o vocabulário da estética invadiu há muito o campo da ética, a película, na esteira de uma fórmula que já se provou vitoriosa desde a produção de “Cidade de Deus”, aposta no formato, no roteiro dinâmico e nos personagens caricaturados vividos por atores globais para legitimar as práticas que veicula. A mensagem é curta e direta. De um lado temos os responsáveis pela “guerra nos morros cariocas”: as polícias não especializadas

com a conhecida corrupção endêmica, os traficantes (os meninos do morro, que não retem dúvidas) e os playboys consumidores de drogas. De outro, o BOPE (Batalhão de Operações Especiais) que, diante do caos estabelecido, cumpre seu dever, sendo reconhecido como agência incorruptível, com recrutamento e treinamento altamente rígidos, cumprindo sua missão institucional: matar os envolvidos no tráfico de drogas a fim de manter a paz social.

Se a leitura apresentada pelo filme é flagrantemente rasteira, há que se atentar para as ciladas bem

tões a serem trabalhadas. A primeira, o fato de se chamar os usuários socialmente imunes ao controle social penal à responsabilidade, quanto à situação que vivenciam os atores sociais que lhes fornecem a droga, não implica acreditar sinceramente que as políticas de “segurança pública” assumidas pelo Estado brasileiro, para conter esse tipo de criminalidade, são mantidas em nome de seu interesse de consumidor. Mas, no fim das contas, essa acaba sendo a grande sacada do filme. Os usuários de drogas endinheirados levam para casa a fatura dos interes-

fundamental para a naturalização das intervenções diferenciadas do aparato institucional no controle dos segmentos sociais. Nesse segundo ponto, o filme é inteligentemente cuidadoso ao mostrar o acesso aos corpos do justiceiro BOPE. Se é importante evidenciar que essa agência policial, que gravita acima dos vícios do sistema, não é tolerante e permissiva com o consumo de drogas, é igualmente relevante demonstrar que para esse segmento populacional a linha do direito à vida jamais será ultrapassada. As séries de agressões e tapas na cara sofridas pelos usuários que respondem às expectativas da audiência, portanto, não ultrapassam os limites impostos pela hierarquia social e racial brasileira do ponto de vista das intervenções da agência institucional. Cientes desse tipo de proibição e do impacto que a violação a esses corpos tem no imaginário social, o filme deixa a cargo dos personagens identificados como traficantes sua execução como forma de reforçar a caricatura do mal.

Há, portanto, uma leitura proposta por “Tropa de Elite” que se encaixa perfeitamente na lógica de “segurança pública” que se quer consolidar explicitamente no país. Trata-se de um filme que pretende a legitimação da violência em si mesma, sendo as práticas de um extermínio cautelosamente dirigido a determinados contingentes populacionais apresentadas como uma necessidade, nunca uma escolha. No Brasil, a polícia precisa e deve coibir certas práticas delituosas, agredindo os que, pertencentes à classe média, colaboram com a reprodução da criminalidade, e matando os verdadeiros criminosos, identificados fundamentalmente com a população negra das periferias brasileiras.



Foto: divulgação

desenhadas na obra que penetram no imaginário com facilidade e rapidez. Em primeiro lugar, “Tropa de Elite” é hábil ao creditar de forma tão caricatural e enfática a existência e manutenção do comércio de drogas ilícitas no país aos usuários das classes médias. Com isso, a película acaba dando vazão a uma espécie de “acerto de contas” no discurso do senso comum em torno da temática, fazendo com que se dissimule o flagrante direcionamento da violência veiculada no filme para os corpos das periferias.

E, nesse tocante, há duas ques-

ses reais que estão em torno da criminalização do comércio de drogas ilícitas: a existência de um poderoso comércio de armas que precisa ser mantido aquecido após o fim da guerra fria; as somas robustas que giram em torno de uma indústria do controle do crime, que tem na produção da sensação de insegurança seu maior aliado; e, finalmente, a justificativa para o extermínio da população negra marginalizada nesse país.

Além disso, é oportuno observar que os personagens identificados com a classe média branca intelectualizada cumprem um papel

No fim das contas, vemos que o filme é mais uma das medicações prescritas para garantir o sono da elite brasileira de maneira geral e carioca em particular, a fim de aplacar o medo de que nos fala Vera Malaguti, que encontra sua caricatura num "gigantesco Zumbi que assombra a civilização, dos quilombos ao arrastão carioca". E se, em verdade, para os bem nascidos nunca houve mesmo o que temer, "Tropa de Elite" revela um apelo institucional para uma adesão pública que legitime expressamente as práticas de um genocídio que já vem sendo há muito processado, oferecendo perversamente uma falsa sensação de justiça ou, pelo menos, da justiça concebida como possível. Dentro dessa lógica, a aceitação pacífica de um grupo de extermínio institucionalizado como o BOPE se faz possível tendo em vista o fato de que sua intervenção assassina não está dirigida aos cidadãos, mas aos que, pela força do racismo, são historicamente identificados como o grupo a ser mantido sob controle. Em português direto: fora do perímetro construído para a proteção dos corpos das elites brancas, há uma aceitação aberta da pena de morte e é em busca desse endosso social que o filme constrói sua narrativa.

Mas, e é muito bom ficarmos atentos a isso, para além da análise do filme em si, o que mais chama atenção em "Tropa de Elite" é o momento oportuno em que é veiculado e as práticas efetivas com as quais dialoga esse panfleto da legitimação do genocídio no Brasil. Para não fugirmos do cenário proposto pela película, o governador da "Cidade Maravilhosa" é um emblema do impacto que esse tipo de leitura perversa de segurança pública acaba por gerar. Numa defesa enviesada da legalização do aborto, Sérgio Cabral afirmou recentemente que a falta de controle de natalidade nos morros é um dos causadores da violência urbana. De acordo com suas declarações, esse excesso de nascimentos acaba se convertendo numa "... fábrica de produzir marginal".

Como se percebe, não se trata, inequivocamente, de uma perspectiva que privilegie a adoção de políticas públicas que permitam conceder aos casais alternativas de controle familiar e às mulheres, em especial, maiores informações e recursos para o usufruto pleno de sua liberdade sexual, mas de inviabilizar o nascimento de indivíduos que estão fadados, numa leitura pra lá de lombrosiana, a uma existência com-

prometida com a criminalidade. Se o argumento é recorrente, a grande armadilha está no amparo que esse tipo de demanda agora encontra na agenda da segurança pública, com grande apelo para a população em geral. Nesse tipo de leitura, a pobreza é uma causa do crime e não uma condição de criminalização. Eis o grande nó do raciocínio. Se, como já se sabe, a prática delituosa é recorrente em todas as classes sociais, ao que tudo indica, a reação institucional está focada no tipo de crimes tipicamente praticados pelas classes periféricas. O "ético e coerente" BOPE, por exemplo, não parece elencar entre seus inimigos os atores sociais que ocupam espaços de poder e realmente fazem movimentar o comércio de drogas ilícitas no país... Mas, como se sabe, essa linha de percepção acaba por ficar situada na categoria de blá-blá-blá que de nada serve para o "verdadeiro" combate ao tráfico.

Ao que tudo indica, portanto, Eduardo Galeano enxergou com acuidade o futuro próximo que já se anunciava quatro décadas atrás. Entre nós, finalmente, dois discursos que andavam em paralelo encontraram um entroncamento poderoso, sendo possível se sentir no ar a articulação de um discurso que agregue

a esterilização em massa de mulheres negras, como forma de prevenir o aumento da criminalidade. Bingo! Para além das políticas já em curso no âmbito da saúde, a legitimação do genocídio não poderia mesmo se fazer completa sem que, além da interrupção da vida prematuramente pelas agências policiais, também não se interviesse diretamente na possibilidade desse segmento populacional se reproduzir.

E assim vamos caminhando, seguindo os prognósticos do passado, ainda que com o invólucro renovado... Parece mesmo não ser preciso ter um especial poder de "vidência" para predizer as práticas que envolvem o futuro da população negra nessa região do globo, quando todos os sinais apontam para a disposição da guerra. Resta saber se pela negociação ou o enfrentamento direto se fará alguma espécie de composição, pois uma coisa é certa: não há artilharia ideológica que seja capaz de garantir por muito mais tempo o tipo de hierarquia racial e social vivenciada ao sul da linha do equador.

*Mestra em Direito (UnB) e professora do UniceuB(DF).
analuiza@irohin.org.br

Foto: Alberto Lima



Hélio Santos : quem poupar a Seppir, é **contra a Seppir**

Hélio Santos, uma das principais lideranças do movimento negro brasileiro, atualmente leciona na Fundação Visconde de Cairu, em Salvador, e na Universidade São Marcos, em São Paulo. Preside o Instituto Brasileiro da Diversidade – IBD, cujo foco é o mercado de trabalho. Foi o primeiro presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (1984-1986), no governo Franco Montoro, em São Paulo. Mestre em Finanças Públicas e doutor em Administração, publicou, entre outros trabalhos, "A Busca de um Caminho para o Brasil – A Trilha do Círculo Vicioso". Leia a seguir o depoimento que Hélio Santos concedeu ao Irohìn, na PUC-RJ, durante seminário sobre a Lei 10.639/03, em setembro de 2007.

A Lei 10.639/03 já completou quatro anos. Hoje pela manhã discutiram-se as leis que pegam e as leis que não pegam. Até que alguém lembrou de que a Lei 10.639/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases, portanto essa é uma lei que não há

como se discutir se pega ou não. A Lei 10.639/03, se implementada adequadamente, vai auxiliar na reversão da cultura de desenvolvimento que o Brasil tem. É nesse aspecto singular que ela é importante, ela quebra uma coisa que eu

chamo de consenso da invisibilidade da temática racial. O desenvolvimento brasileiro não acontece de uma maneira consolidada, porque nós temos esse consenso. A Lei 10.639/03 auxilia na reversão dessa invisibilidade.

O movimento social negro vive um momento de grande dificuldade. Não quero dizer que há um bloqueio histórico, porque, se é um bloqueio histórico, vou remeter isso para o meu neto, para o meu bisneto, e dizer: não dá, o que tem de

acúmulo congela e vamos ver depois. Após Durban, o que se imaginava era um avanço, o governo Fernando Henrique não fez o que tinha que fazer, mas nós tínhamos arrancado um decreto de políticas de ação afirmativa, dois ou três ministérios sinalizavam com algumas iniciativas de políticas, o tema da reparação foi inscrito na agenda. Em seguida, você tem a criação da Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), que é uma conquista. E no momento seguinte, você tem um emperramento, no momento que você deveria levar o conceito de política pública específica de uma forma radical, não só no campo da educação, mas no campo da cultura, no campo do empreendedorismo, no campo da religião, no momento em que um avanço significativo deveria acontecer, nós temos um emperramento e um silêncio.

Entendo que, como a educação vem antes de qualquer outra política, a Lei 10.639/03, repito, uma conquista do movimento social negro, deveria ser, dentro das políticas da Seppir, talvez aquela que pudesse ser a número um ou a número zero, como a gente diz em administração. Por quê? Porque até a sua implementação, do ponto de vista operacional, é mais fácil que outras. Não estou dizendo do ponto de vista político. O movimento negro, apesar de ter sido objeto de veto quando da sanção da Lei 10.639/03, tem feito sua parte. Você vai à cidade mais obscura do interior de São Paulo e é um ativista do movimento que está lá por trás da Prefeitura instigando, provocando, porque senão nada aconteceria. Então eu não abro mão do movimento, mas cabe sim à Seppir uma grande responsabilidade na implementação dessa lei. Caberia também à Seppir, do mesmo modo, articular a implementação de várias outras políticas, poderíamos pensar no campo do trabalho, no campo da segurança pública, mas a Lei 10.639/03 tem características de operacionalidade que outras políticas de ação afirmativa não têm. Portanto, é incompreensível que esse tema não esteja avançando numa velocidade maior.

Não quero falar de governo ou de governos, sempre falo do Estado brasileiro. Hoje quem é responsável pelo Estado brasileiro é o presidente Luís Inácio Lula da Silva. Não estou aqui convencido do seguinte: não sei se já foi entregue ao presidente Lula um programa de ação afirmativa com início, meio e fim. Não sei se alguém explicou ao presidente Lula que, como todo bom presidente, ele é um batedor de pênalti. Uma figuração que o presidente gosta muito. Um programa que explicasse ao presidente que ele não vai gastar um centavo a mais, ele vai realocar valores que já estão no orçamento em diversas rubricas. Ele vai ter que tirar de outro setor. Mas será que alguém explicou ao presidente Lula que ele não vai gastar um centavo a mais daquilo que está previsto no orça-



O presidente Lula e Matilde Ribeiro: muita afinidade e pouca eficácia

mento? Fala-se que nós tínhamos que sentar numa mesa, o movimento negro deveria sentar com o governo, com o Estado brasileiro. Mas essa mesa nunca foi estabelecida.

Eu falava do bloqueio histórico, que não existe. Se há um bloqueio histórico, ou seja, se nós assumirmos que nesse exato instante o movimento social negro, com o acúmulo que tem de 500 anos - o movimento social negro é o movimento social mais antigo do Brasil. Se instala aqui nos tumbeiros. A gente sabe que desde o início, Abdias Nascimento é quem reafirma isso, a história da escravidão poderia chamar-se a história da luta contra a escravidão - então se o movimento social negro entender que nós já conquistamos algo significativo, porque alguns negros conseguiram emprego de terceiro e quarto escalão, se é essa a nossa

expectativa, nós temos que dizer que há um bloqueio histórico.

Nós somos oitenta milhões, esses oitenta milhões de afro-descendentes que nós somos são duas Argentinas. O Estado brasileiro não tem expertise, como nós falamos em administração, não tem acúmulo para trabalhar com a questão racial. Mas sem sair daqui deste lugar, posso listar trinta, quarenta pessoas de entidades diferentes, extremamente capazes - lógico que com o tempo esse número duplica ou triplica - mas, sem sair daqui, posso agora relacionar trinta a quarenta nomes nas mais diferentes áreas. Na verdade são pessoas ligadas a organizações, que deveriam estar assessorando as grandes políticas.

A Seppir poderia assim ser um grande balcão de idéias, com assessoria de pessoas do movimento so-

Quem ficar inerte é contra a Seppir, quer na verdade que ela possa ser extinta com uma penada, ou fique simplesmente como está agora, um ministério de ficção.

Historicamente o movimento social negro sempre teve um discurso correto, que o óbice do desenvolvimento sustentável integral no Brasil passava pela questão racial, que era uma pedra monolítica difícil de ser quebrada. No momento que as políticas de ação afirmativa começaram a chegar timidamente, nós achávamos que não haveria reação. Mas era previsível essa reação. E essa reação veio e veja que houve não digo acomodamento, as pessoas se assustaram e houve um acovardamento. O movimento social negro está dominado em larga medida. Quando digo movimento social negro, faço também uma autocrítica, porque faço parte dele. Só que, a partir daqui, quero dizer que mudo meu discurso em relação à Seppir. Porque sou a favor da Seppir, acredito nela como ministério. Daqui pra frente nós temos que dizer ao presidente Lula que nós não somos brinquedo. O presidente Lula teve a esmagadora maioria do voto negro nas últimas eleições e tem que dar uma resposta. O movimento social negro terá que cobrar isso do presidente.

Quando criou a Seppir, o presidente Lula disse que a ministra Matilde Ribeiro não teria que se colocar inferiorizada em relação a nenhum dos ministros. Ela teria que discutir com o colega dela da Fazenda, com o Ministério do Desenvolvimento, teria que discutir com o ministro da Educação, com todos eles. O presidente Lula, ao criar um ministério para tratar da questão racial, se distinguiu dos governos anteriores e poderia dar um cala boca definitivo se realmente ele investisse nisso. "Olha, esse país tem 500 anos de história e a população negra desse país, no meu governo, começa a reconstrução de sua cidadania". Mas, ao contrário disso, nós estamos convalidando esta inercialidade. Agora, é muito grave que, com um Ministério criado com o fim de gerar políticas públicas específicas, essas políticas continuem não existindo. Tudo o que acontece, acontece no setor fora da

Foto: Ag. Planalto

esfera direta do governo, como as cotas nas universidades.

Daqui a 30 ou 40 anos, a decisão que nós não tomarmos agora em relação à Seppir vai se refletir nos meus filhos e nos meus netos. Portanto, a inércia não é possível. Em três momentos distintos, defendi a Seppir com veemência. Primeiro, no programa Roda Viva; depois, na entrevista que dei à revista Caros Amigos. E, finalmente, na revista Isto É, que insistia, para que eu criticasse a Seppir. É importante que as pessoas entendam este momento quando digo que quem poupar a Seppir é contra a Seppir.

O volume de recursos destinado à SEPIR é menor do que o destinado a vários segmentos de tercei-

ro, quarto escalão de alguns ministérios. Conseqüentemente, é com isso também que nós não podemos ter ilusão. O mesmo governo que cria a Seppir, não aposta na Seppir. De qualquer forma, continuo achando que o governo Lula não vem fazendo o que deveria fazer. Mas há instituições e pessoas em condições de fazê-lo. Como eu disse, sem sair desse lugar eu listo trinta a quarenta nomes no Brasil inteiro que poderiam estar como consultores, gerenciando essas políticas.

O movimento social negro está esquecendo de que a cidadania, que é a nossa meta, é algo que você não ganha por brinde. Ou você conquista, ou você não ganha. Penso que o movimento social negro, nesse mo-

mento, tem que se articular no sentido de cobrar da Seppir. Aqueles que prezarem a Seppir, que entenderem que o ministério é importante e que deve ser mantido, têm que exigir que ele cumpra seu papel.

É importante nesse momento o processo de radicalização. As pessoas confundem radicalização com sectarismo. O movimento negro nunca foi sectário. O movimento negro sempre esteve aberto para debater, para discutir com pessoas que pensam diferente. Ser sectário é não se abrir para o diálogo. Agora, é necessário radicalizar. Radicalizar é ir à raiz, é aprofundar o debate. Portanto, acho que o movimento social negro não pode abrir mão nesse momento de cumprir o seu papel. Nós somos os

derradeiros subversivos do Brasil. Subverter é quebrar e mudar o que está estabelecido. O estado de espírito brasileiro é o que escandaliza a todos. Eu estou aqui no Rio de Janeiro, cheguei hoje, cheguei aqui num prédio da Praia do Flamengo, um prédio moderno, onde havia uma simulação de incêndio. É um prédio onde estão grandes organizações. Posso dizer que, se tivesse ali um grande incêndio, terrível, não morreria um negro. Porque nas empresas não há negros. Não havia negros. Isso me impactou de novo. Numa realidade como essa, pós-Durban e duas marchas em pouco mais de dez anos, esse é o momento de radicalizar. Esse é o recado que eu queria dar: radicalizar!



Foto: Daniel Cardoso

O Estado e a classificação racial

O último argumento utilizado pelos racistas que se opõem às cotas é o de que elas implicariam a racialização dos brasileiros. Nada mais falacioso. O Estado brasileiro sempre impôs a identidade racial.

Hélio Silva Jr.*

Analisando-se cadastros das Forças Armadas, dos institutos de identificação, das áreas de segurança pública e sistema prisional, podemos localizar rapidamente pelo menos 7 cadastros de pessoas contendo classificação racial, quais sejam:

- . cadastro do alistamento militar;
- . cadastro de identificação civil - RG (SP, DF, etc.)
- . formulário de adoção das varas da infância e adolescência do estado de São Paulo;
- . cadastros das áreas de segurança pública e sistema penitenciário;
- . cadastro dos adolescentes em conflito com a lei;
- . certidão de óbito;
- . registro de nascimento (nacional, previsto em lei federal até 1975).

Desde a primeira metade do século passado, o Decreto-lei no 3.992, de 30 de dezembro de 1941, que dispõe sobre as estatísticas criminais, prescreve a classificação racial de vítimas e acusados por meio do critério da cor.

Um exame mesmo superficial do anexo daquele decreto-lei, especialmente das regras atinentes ao preenchimento dos formulários, não deixa dúvidas de que compete ao escrivão de polícia identificar e lançar a pertença racial nos formulários. Assim, o referido decreto prevê textualmente a hetero-classificação racial, visto que suas orientações têm como destinatário o funcionário público responsável pelo preenchimento do documento - e não o acusado ou a vítima.

Trata-se de um interessante precedente legal de hetero-classificação, referendado inclusive pelo

Poder Judiciário.

Com efeito, no ano de 1992, o Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo confirmou uma sentença condenatória fundamentada em prova de reconhecimento pessoal, na qual a vítima teria reconhecido o autor de roubo não por sua complexão física, traços fisionômicos ou quaisquer outros sinais individualizadores (tatuagem, por exemplo), mas unicamente pela cor de sua pele.

O tribunal entendeu que a cor da pele do acusado seria elemento suficiente para sustentar o reconhecimento e, conseqüentemente, a condenação de um indivíduo pelo fato perfeitamente simples de ele ser um negro.

Ouçamos o próprio tribunal: "Reconhecimento pessoal - Identificação baseada somente na cor - Validade - A Afirmação da ví-

tima de não encontrar condições para reconhecer os agentes não conflita com a afirmação de ser um deles de cor negra e reconhecê-lo, já que o reconhecimento se dá pela segura memorização visual de diversos traços característicos de uma pessoa, ou de um somente, a cor".

Abstraindo as várias considerações suscitadas por um julgamento desse teor, cumpre assinalar que, no caso, o acusado foi classificado racialmente pelo escrivão de polícia, e, uma segunda vez, pela vítima, do que resultou sua condenação em um processo-crime.

De outra parte, o formulário do qual deriva o denominado Certificado de Alistamento Militar (CAM), emitido pelos três ramos das Forças Armadas, também contém a informação sobre a cor do alistado. Nesse caso, a pergunta aberta, usada na área de Segurança Públi-

ca, é substituída por categorias pre-determinadas, cabendo ao funcionário das Juntas de Alistamento Militar proceder ao enquadramento em uma das seguintes categorias cromáticas: branca, morena, parda, parda clara, parda escura e preta.

Há ainda um outro banco de dados, no qual o método empregado ora é o da autotranscrição, ora da hetero-classificação: o Cadastro Nacional de Identificação Civil¹, que criou um registro descentralizado com base na ficha de identificação civil, a partir da qual é emitida a cédula de identidade, o Registro Geral das pessoas naturais – o popular RG.

Trata-se de ficha que em alguns estados, a exemplo de São Paulo, pode ser adquirida em qualquer papelaria, cujos quesitos, inspirados no aludido Decreto-lei 3.992/41 (Estatísticas Criminais), contém a rubrica "cúti", neologismo utilizado para designar cor da pele. Assim, naqueles estados cujos institutos de identificação coletam a informação sobre "cor da pele", todas as pessoas portadoras de RG possuem em suas fichas de identificação civil a informação sobre sua cor, lançada, em regra, por elas mesmas (auto-classificação).

Vale anotar ainda que até o ano de 1975 a Lei dos Registros

Públicos determinava que o assento de nascimento deveria consignar a informação sobre a cor do nascido, de modo que todos os nascidos até março daquele ano possuem a informação sobre sua cor no registro de nascimento.

Dois registros podem ser sublinhados a partir desses dados: 1) além dos recenseamentos, que não identificam o declarante, há décadas o Brasil instituiu sistemas de classificação racial individualizados; (2) a cor, isto é, o fenótipo, predomina como critério empregado para a classificação racial.

Uma perguntinha interessante a ser respondida pelaProf^a.

Ivone Maggie e seus lacaios pretos e brancos poderia ser a seguinte: por que eles não tiveram a preocupação de bater à porta do Judiciário ou das Forças Armadas para reclamar que estas instituições racializam os brasileiros, supostamente dividindo-nos em negros e brancos?

*** Advogado, Doutor em Direito pela PUC-SP, é coordenador executivo do Ceert – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades.**

¹ Disciplinado pela Lei nº 9.454/1997.



Reação à intolerância religiosa: diga não ao preconceito

III Caminhada pela Vida e Liberdade Religiosa reúne cinco mil pessoas em Salvador contra a intolerância e o preconceito

**Jamile Menezes Santos*

Em meio a cerca de cinco mil religiosos do Candomblé, dentre pais, mães, filhos e filhas de santo, duas senhoras começam a distribuir panfletos com mensagens bíblicas. Até então tudo respeitoso, até quando a distribuição começa a ganhar palavras de ordem: "Conheçam Jesus!", ou "A religião de vocês é do Diabo, nosso Deus é bom! Confusão formada e logo apartada por algumas pessoas. Não bastando a manifestação discriminatória explícita, logo depois a agressão: da janela de uma casa alguém joga água sobre os religiosos que, vestidos de branco, pediam respeito ao culto dos Orixás. Essas manifestações de intolerância buscavam intimidar, sem resultado, os participantes da III Caminhada pela Vida e Liberdade Religiosa, realizada em Salvador no dia 25 de novembro.

A religião do Candomblé foi tema de muitas atividades durante o mês da Consciência Negra na capital baiana. As agressões motivadas

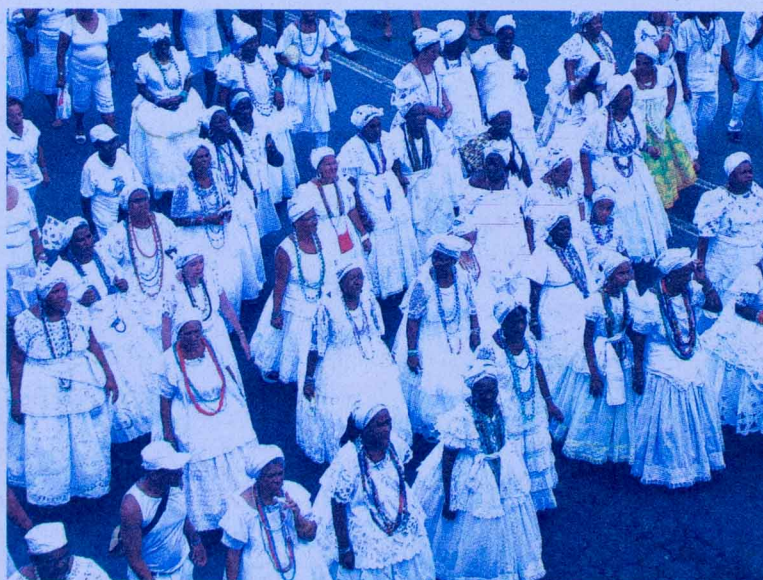


Foto: Wilson Militao

pela intolerância das seitas evangélicas são vivenciadas cotidianamente por muitos Terreiros em Salvador, em especial nos bairros onde estas comunidades estão mais concentradas. "Aqui na minha comunidade

(Itapuã), apesar de termos vencido a Igreja Universal na justiça, por conta do crime cometido contra Mãe Gilda, ainda sofro perseguição por grupos de evangélicos. É só entrar em lojas e as pessoas saem corren-

do, somos ofendidas na rua por estar trajando roupas religiosas. São ofensas todos os dias aqui, dirigidas a mim e aos filhos da Casa", denuncia a ialorixá Jaciara Ribeiro, filha de Gildásia dos Santos, falecida em 2000 após perseguição sofrida por evangélicos. Seu caso ganhou repercussão nacional e se tornou referência no combate à intolerância na Bahia. (veja quadro abaixo)

As manifestações públicas que exigem respeito aos rituais sagrados, à indumentária religiosa e, principalmente, aos Orixás, são uma forma de se chamar a atenção das autoridades para a gravidade das agressões sofridas pelos adeptos do Candomblé, na Bahia e no Brasil. Conhecer os direitos e saber o que é possível fazer em termos legais para assegurar a livre manifestação religiosa é fundamental: "Sem o conhecimento de nossa força, essência e nossa religião, não conhecemos o que nos é mais sagrado, que é nossa história. Isso nos fortalece", afirmou

Mãe Beata de Iemanjá, ialorixá do Ilê Axé Omi Ojuarô (RJ), também presente na Caminhada em Salvador.

Combate e Mapeamento

Os agressores não se limitam às palavras e à pregação contra os deuses africanos. O desrespeito contra os adeptos do Candomblé também vem em atos de agressão mais diretos. "O que vemos são casos de ofensas e agressões mais individuais, partindo de alguns fiéis mais fanáticos. O que temos feito é apurado estes casos que chegam até a Promotoria, estreitando a relação com os líderes das igrejas evangélicas para que eles cooperem na eliminação desse comportamento indesejável de seus seguidores", aponta Almiro Sena, da Promotoria de Justiça de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa. Este combate, inclusive, é um dos resultados esperados com a instituição do Programa de Valorização do Patrimônio Afro-Brasileiro, um produto direto do Projeto Mapeamento de Terreiros de Salvador, realizado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (Ceao), em parceria com órgãos municipais em 2006.

O Programa foi instituído pela lei 7.216 e sancionada pelo prefeito de Salvador, João Henrique este ano. Com o Mapeamento foram cadastrados 1.161 Terreiros em Salvador, o que deverá servir de suporte para implementação de políticas públicas visando a qualidade de vida nestas



Foto: Wilson Militao

comunidades, de acordo com a Secretaria Municipal de Reparação (SEMUR). Para tanto, ainda estão sendo esperados recursos que virão de parcerias estabelecidas pela Secretaria. "Essas políticas agora têm o embasamento legal para acontecer. Os próximos governos que vierem encontrarão agora uma legislação e não só mais uma demanda destas comunidades. Agora é política de Estado a valorização do patrimônio afro-brasileiro", pontuou o secretário de Governo da Prefeitura, Gilmar Santiago. Com o Programa, fica instituído que Terreiros de Candomblé e a própria religião terão o reconhecimento enquanto patrimônio e que sejam encarados como tal pelos poderes públicos.

"Isso não é apenas um

Mapeamento, é na verdade uma porta que se abre para a discussão sobre patrimônio afro-brasileiro que, historicamente, nunca teve uma política pública organizada e direcionada a sua valorização. Com esse diagnóstico, temos uma base de dados que nos possibilitará exigir políticas públicas de forma mais sistemática aos diversos órgãos", explica o subsecretário da Reparação, Antônio Cosme, que aponta as consequências desses resultados no combate direto à intolerância religiosa. "As comunidades de Candomblé sofrem uma perseguição sistemática por parte de diversas correntes evangélicas. Sabemos que não é à toa que elas abrem suas igrejas onde há um número expressivo de Terreiros e os dados mapeados irão nos

auxiliar em muito no estudo de questões como estas, para que possamos garantir os direitos das comunidades", diz Antonio Cosme.

Realidades de grande tensão semelhantes à de bairros periféricos tais como Paripe, no subúrbio de Salvador, terceiro em número de Terreiros - 40 ao todo -, segundo o mapeamento. "Esse desrespeito está em todo lugar, nas tevês, rádios e, principalmente, em nosso cotidiano. Precisamos aprender mais sobre nossa religião para que possamos nos defender desses ataques. Eles sabem quem somos e em que acreditamos, mas insistem em vir pregar à nossa porta, tentar nos convencer de que o Deus deles é melhor. Aqui, acredito que só não atacam mais porque sei dos meus direitos e conheço minha religião. Sei até onde eles podem ir", enfatiza o Babalorixá Dary Mota, do Ilê Axé Torroundê, no bairro de Paripe.

Já em 2008, serão beneficiados 55 Terreiros em Salvador, com ações que envolvem a infra-estrutura e regularização. Os dados colhidos no Mapeamento de Terreiros em Salvador já podem ser acessados no endereço eletrônico www.terreiros.ceao.ufba.br. No site, há informações sobre localização, nome do dirigente, nação, ano de fundação e fotografias dos Terreiros, assim como sobre as ações que serão desenvolvidas em cada um deles.

**Estudante de Jornalismo da Faculdade da Cidade de Salvador*

No dia 13 de janeiro de 2005, foi assinada sentença obrigando a Igreja Universal do Reino de Deus a indenizar os familiares da ialorixá Gildásia dos Santos, a Mãe Gilda, em pouco mais de R\$ 1,3 milhão, por danos morais. Em 1999, o jornal da igreja, Folha Universal, publicou uma foto da religiosa em matéria sob o título "Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes". Hoje, a sentença aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal. Confira depoimento da ialorixá Jaciara Ribeiro (filha de Mãe Gilda), do Axé Abassá de Ogum:

Ìrohìn: Qual o resultado da ação movida contra a Igreja Universal?

JB: Há oito anos conseguimos levar a Iurd ao tribunal. Hoje a decisão está no Supremo, em Brasília, pois eles alegam que não pagarão a indenização porque Mãe Gilda já faleceu. Eles não têm interesse em pagar para não dar visibilidade ao povo de santo e à derrota deles diante de nós.

Ìrohìn: O que a Sra. sente quanto a este caso?

JB: Infelizmente nossa religião ainda não tem um órgão qualificado para assessorar nosso povo e acredito ser muito uma questão política também. Não temos representação política que assuma a religião de fato e que lute por nós. Reconheço que só em ter levado eles ao tribunal já foi uma grande vitória. Mas sei também que muito ainda nos devem pela perseguição que passamos e sofremos todos os dias.

Ìrohìn: Algo mudou em sua comunidade após essa vitória?

JB: Hoje temos essa sistematização de igrejas pentecostais como um atestado da intolerância religiosa. Aqui no Abassá de Ogum tenho caminhado muito, falado muito sobre isso. Na verdade, damos mil passos, mas sentimos no final que é apenas um pela falta de crença que temos no poder do Estado anos. Ameaçaram me evangelizar e me diziam que nada na minha vida daria certo por conta de minha religião. Temos passado momentos difíceis na vendem que é a Bahia. Esse culto diário aos Orixás, onde tudo é sagrado, é encanto e atrai turistas. Nada disso se traduz em melhoria para nós. Temos que anos nessa caminhada árdua e o que nos importa agora é que se há leis, que sejam cumpridas. Os outros têm que nos conhecer e respeitar e saber do crime que cometem ao agirem de tal forma.



Proselitismo religioso abusivo nos meios de comunicação

Uma decisão do STF acolhendo o direito de resposta em ação civil constituiria um precedente valioso para a punição, desencorajamento e reparação dos abusos no proselitismo religioso realizado nos meios de comunicação

Ela Wiecko V. de Castilho* e Jorge Bruno Souza**

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo recebeu, em 2003, representação contra o modo pelo qual a Igreja Universal do Reino de Deus veiculava programas religiosos nas emissoras de televisão das Redes Record e Mulher, vilipendiando os signos e as crenças das religiões de matriz africana no Brasil, atribuindo a algumas de suas divindades a razão pelo sofrimento das pessoas e utilizando palavras, no mínimo pejorativas, para nominá-las, como "encosto", "demônios", "espíritos imundos", "pai de encosto", "mãe de encosto", "bruxaria", "feitiçaria", "sessão de descarrego".

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, o Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro-Brasileira e o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades-Ceert ajuizaram Ação Civil Pública (ACP), com pedido de antecipação de tutela, para que fosse concedido Direito de Resposta Coletivo em favor das religiões de matriz africana no Brasil. O juiz de primeira instância acolheu o pedido para que as Redes apresentassem um programa realizado pelas Autoras, em 7 dias consecutivos, nos mesmos horários dos programas nos quais houve o desrespeito, com a duração no máximo de uma hora e com 3 chamadas diárias. A decisão foi mantida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para quem o direito de resposta é assegurado pela Constituição em todas as ofensas, caracterizem elas infração penal ou não. Foi também reconhecido o caráter discriminatório dos programas religiosos apresentados pelas emissoras rés. Todavia, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deferiu liminar para sustar a decisão, considerando que a transmissão do programa-resposta pode acar-

retar dano de difícil reparação às emissoras. A questão ainda aguarda decisão no mérito.

Na defesa as emissoras invocaram o direito à liberdade de expressão e o direito à liberdade de religião da igreja que realiza os programas. Quanto à liberdade de expressão, muito já se escreveu sobre a necessidade de este direito se compatibilizar com outros, tais como o direito a dignidade, a não ser discriminado e a proteção integral da criança e do adolescente. A ação civil pública aprofundou a análise de liberdade de crença e mostrou também o seu caráter relativo.

Admitiu que o Estado, mesmo laico e concedente dos canais de radiodifusão, não pode impedir que as emissoras, no exercício do direito fundamental da liberdade de expressão e de manifestação do pensamento, comuniquem idéias religiosas e, mesmo, façam proselitismo religioso. Este divulga uma crença particular como superior às demais; defende suas práticas e ritos como os únicos corretos; que seu grupo religioso é o escolhido; julga as outras crenças como inferiores (às vezes, primitivas), equívocos ou fraudes. É algo similar ao etnocentrismo e não há razão para imaginar que tais visões sejam nocivas *per se*. O problema existe, tal como disse Lévi-Strauss sobre o preconceito étnico, quando o proselitismo religioso adota uma hostilidade ativa contra as demais crenças.

Com efeito, é o que se vê nos programas objeto da Ação Civil Pública. Trata-se de tentativa de aniquilar a crença do outro, negando-lhe o direito de existir e estimulando a discriminação das pessoas adeptas das religiões de matriz africana. Não se trata apenas de violência simbólica. O discurso discri-

minatório acaba por fomentar violência contra pessoas e contra terceiros e outros locais sacralizados dessas religiões.

Nesse caso há um abuso de direito. Se sobre aquilo em que se crê não deve e não pode o Estado intervir, o mesmo não acontece com o proselitismo religioso abusivo. Ao divulgar suas mensagens publicamente, uma religião tem obrigação de respeitar as diferentes crenças, ainda que a elas se oponha.

Ensina José Afonso da Silva: "Na liberdade de crença entra a liberdade de escolha da religião, a liberdade de aderir a qualquer seita religiosa, a liberdade (ou o direito) de mudar de religião, mas também compreende a liberdade de não aderir a religião alguma, assim como a liberdade de descrença, a liberdade de ser ateu e de exprimir o agnosticismo. Mas não compreende a liberdade de embaraçar o livre exercício de qualquer religião, de qualquer crença, pois aqui também a liberdade de alguém vai até onde não prejudique a liberdade dos outros".

O abuso no proselitismo religioso exige intervenção do Estado para que seja punido, desencorajado e o dano reparado. No Brasil, o Código Penal (art. 208, 1940) define como crime algumas condutas atentatórias à liberdade religiosa. A Lei n. 7.716/89 (art. 20) criminaliza a discriminação ou preconceito de religião por intermédio dos meios de comunicação. A Lei de Imprensa (1967, art. 19 a 22) pode ser aplicada quando condutas praticadas nos meios de comunicação incitam a prática de crime ou configuram crimes contra honra. Esta lei, além da sanção penal, prevê o direito de resposta. No mais, vale a regra geral de que atos ilícitos podem ser objeto de reparação civil. Importan-

te notar que a Constituição de 1988, no Art. 5º, V, após enunciar a liberdade de manifestação do pensamento (IV) assegurou o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização, por dano material, moral ou à imagem.

Precisamente esse direito de resposta deduzido do texto constitucional e solicitado na ação civil pública, cuja utilização determinada pelo Poder Judiciário configura eficaz limitação ao abuso da liberdade de manifestação de pensamento, foi questionado perante o STJ. Entre outras questões, essa Corte poderá decidir, no recurso especial em trâmite, sobre a admissibilidade do direito de resposta em ACP. A tese das emissoras é a de que esse direito possui natureza jurídica de sanção penal, só cabendo em ação penal.

O prognóstico da decisão não é animador, pois há precedentes considerando o direito de resposta uma sanção penal. Entretanto, como se viu, outra interpretação é possível, tal como fez o TRF.

Uma decisão do STF acolhendo o direito de resposta em ação civil constituiria um precedente valioso para a punição, desencorajamento e reparação dos abusos no proselitismo religioso realizado nos meios de comunicação. É, pois, importante que os representantes das religiões de matriz africana acompanhem o julgamento no STJ para que a deliberação dê ensejo, se necessário à interposição de recurso extraordinário.

***Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão e professora na Universidade de Brasília (UnB).**

****Antropólogo, assessor na PFDC para, entre outros temas, racismo e discriminação racial.**



Para se ter desenvolvimento com igualdade, é preciso enfrentar a questão racial

Mário Theodoro, doutor em Economia e consultor do Senado Federal, colaborador do Ìrohìn, foi convidado para assumir a Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento Institucional do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA. Na entrevista que concedeu ao jornal Ìrohìn Mário defendeu uma visão de desenvolvimento que

leva em conta a igualdade e não teme enfrentar os desafios da problemática racial. “Para tratar de desenvolvimento do Brasil é fundamental tratar a questão racial. Ela está no núcleo, no centro, se não for tratada, a gente vai continuar crescendo com desigualdade”, disse com convicção.

Ìrohìn - Mário, você foi convidado para assumir uma diretoria no IPEA, fale um pouco sobre isso.

Mário Theodoro - Fiquei muito contente, porque estava um pouco fora do circuito. Quando você vai para o Senado, de certo modo colocam você quase que numa gaiola de ouro, você perde contatos. Foi um convite do presidente do IPEA, a partir da consulta que ele fez a alguns colegas sobre pessoas que poderiam ajudar neste momento, com uma mesma visão de ação do IPEA, e por conta disso meu nome foi lembrado. Fiquei muito contente porque tem quatro anos que saí de lá e o trabalho que eu tinha feito, principalmente no Boletim de Políticas Sociais, foi lembrado.

Ìrohìn - Qual é a diretoria?

Mário - Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento Institucional. Uma diretoria que vai cuidar da cooperação técnica com outras instituições nacionais ou não, e vai cuidar da organização de uma questão que é muito importante para se tratar dentro do IPEA, que é a questão do desenvolvimento. O que é desenvolvimento, do ponto de vista da economia, sabemos que não é crescimento. Se desenvolvimento fosse crescimento, o Brasil seria o primeiro país desenvolvido, porque foi o país que mais cresceu durante o século XX, nenhum país cresceu mais do que o Brasil e, no entanto, a gente não chegou ao desenvolvimento.

Então, o que é isso, quais os problemas que estão embutidos?

Ìrohìn - O Ibase, no Rio de Janeiro, está realizando um evento com o tema “raça e desenvolvimento”. Onde a questão racial entra na problemática do desenvolvimento no Brasil?

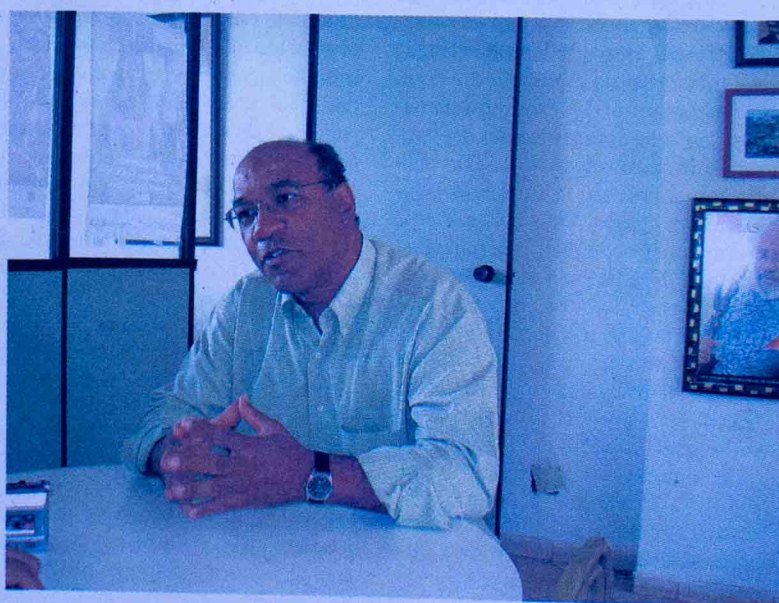
pla a igualdade, você tem um projeto virtuoso do ponto de vista do desenvolvimento. Quando você pensa uma nação que tem projeto de progresso sem projeto de igualdade, essa nação pode crescer, cresce muito, mas gerando mais desigualdade. Foi o caso brasileiro e de algumas outras nações. O projeto da

ta, para tratar de desenvolvimento do Brasil é fundamental tratar a questão racial. Ela está no núcleo, no centro, se não for tratada, a gente vai continuar crescendo com desigualdade.

Ìrohìn - Com seu perfil e suas preocupações, a gente pode ficar tranqüilo que a temática do desenvolvimento vai priorizar a superação das desigualdades raciais.

Mário - Sem dúvida, a minha idéia é incorporar isso à perspectiva de discussão de desenvolvimento que nós vamos começar a fazer a partir de agora e tentar colocar de fato a questão racial não como um subproduto da política social, não como uma etapa subsidiária da política social, não é isso. Enquanto não predominar o entendimento de que o racismo no Brasil é estruturante da sociedade que temos, é estruturante do *status quo*, estruturante dessa naturalização, a gente não vai conseguir dar passos maiores. A minha idéia é introduzir sim essa discussão dentro do IPEA e tenho feito isso com o maior rigor possível.

Ìrohìn - O IPEA acaba de divulgar resultados de uma pesquisa sobre demanda de trabalho formal no Brasil, com recorte de gênero e raça, entre outros. Nós assistimos ao Jornal Nacional da Rede Globo, no dia da divulgação da pesquisa do IPEA, e o Jornal Nacional não fez a



Fotos: Darlete Arruda de Oliveira

Mário - Em minha opinião, a questão racial é central. Porque o desenvolvimento no Brasil não aconteceu em função de uma ancoragem que se tem sempre numa visão de progresso. Ao mesmo tempo, coloca-se em segundo plano a questão da igualdade. Quando você pensa um projeto de nação que contem-

naturalização da desigualdade, ou do não combate à igualdade, é um projeto que tem por trás de si, com muita força, a questão racial. A questão racial, o racismo embutido na sociedade brasileira, vem naturalizar a desigualdade e fazer com que a questão da igualdade não seja tão importante. Deste ponto de vis-

menor alusão ao recorte de raça e de gênero. Como você esse desprezo da mídia por dados tão relevantes para a compreensão de nossas desigualdades?

Mário - Eu vejo como a cara do que tem acontecido nos últimos anos. O IPEA se destacou na abordagem da questão racial, juntamente com o IBGE, produzindo um conjunto de dados e informações sobre a realidade brasileira que foi muito utilizado pelo movimento negro, mas que a mídia fez o possível para não utilizar. Fez o possível para não tornar esses dados visíveis. Mas eles existem. O que a gente pensava na época, quando começaram a sair os dados, era que finalmente iríamos debater a questão racial. Porque é tão visível qualquer aspecto que você pegue da questão social, seja infra-estrutura, saneamento, educação, saúde, em qualquer um desses aspectos a população negra está muito distante da população branca, sempre numa posição de inferioridade, falta de serviço, analfabetismo. Eu pensava: agora, com esses dados, não tem jeito. A coisa vai ter que ser colocada. O que aconteceu foi que a sociedade, principalmente a mídia, passou a sofrer de uma espécie de miopia. Apesar de o dado estar na frente dela, ela parecia que não enxergava os dados. É o que acontece até hoje. Uma das coisas que eu gostaria que o IPEA

fizesse, e vou lutar muito para que isso aconteça lá dentro, e com certeza a gente vai implantar, é o que estou chamando de uma segunda etapa do trabalho do IPEA com a questão racial. A primeira etapa foi uma etapa de produção de dados, que foi importante, alimentou o movimento negro, essa etapa de alguma maneira sacudiu um pouco as estruturas que estão aí, mas a mídia de fato esqueceu. Uma segunda etapa é tentar fazer uma interpretação desses dados. Nós dissemos como está acontecendo. Mas em nenhum momento o IPEA, com a expertise que tem de profissionais de várias áreas, em nenhum momento entrou no exame das razões e das causas. Por que está acontecendo isso? E a idéia é de alguma maneira trazer para dentro do IPEA, e não só com os técnicos do IPEA, mas com os outros especialistas da questão racial, uma discussão de por que isso acontece? Inclusive, por que os dados não são colocados ou destacados na mídia? Por quê?

Ìrohìn - Nós estamos dizendo que eles não são valorizados na divulgação que a mídia faz, mas e os gestores públicos e, digamos, a administração pública, você acha que se valorizam esses dados nessa esfera crucial?

Mário - Não, não são valorizados. É uma questão que a gente tem tratado em alguns fóruns de que tenho participado, que é a questão do racismo institucional. O racismo institucional é uma forma de você abordar o problema fazendo com que ele nem seja considerado problema e muito menos considerado alguma coisa que o Estado deva encarar. O que pensa na mídia o burocrata. As discussões que nós tivemos no PPA (2003-2007) foram incríveis, porque por mais argumentos que se colocassem sobre a importância da questão racial, as pessoas não queriam ver. Não avaliavam sua importância. Inclu-

sive, tem um programa que se chama "Programa de combate ao racismo institucional" - é fundamental, porque se você não tiver esse olhar, você vai ficar reproduzindo na estrutura burocrática todo esse silêncio que a mídia dissemina.

Ìrohìn - Existe uma Escola Nacional de Administração Pública e em algum momento o Estado, não sei em que medida, em que extensão, mas o Estado tem algum papel na capacitação de seus gestores. É possível, por iniciativa de sua diretoria, aproximar o IPEA desses órgãos de capacitação, para que a expertise que o órgão acumulou na questão racial possa ser repassada aos gestores, por exemplo?

Mário - Acho que seria o ideal se a gente conseguisse isso. O IPEA na verdade, como instituto de pesquisa de outro ministério - infelizmente agora ele se destacou, está num ministério à parte que é o Ministério de Ações de Longo Prazo, e não tem essa ascendência ou essa possibilidade. Mas o IPEA pode, através de seminários, de discussões, sensibilizar alguns órgãos de pesquisa, porque na verdade isso que você sugere era muito mais para ser tocado por uma secretaria como a Seppir, que deveria fazer esse tipo de sensibilização, de cobrança, e a gente vê que isso infelizmente não está acontecendo. Mas, no âmbito da discussão das idéias, da discussão das políticas públicas, com certeza a gente vai introduzir de fato a questão racial como uma questão séria, que imobiliza o país.

Ìrohìn - Mário, você poderia agora falar um pouco sobre o seu acompanhamento do orçamento e que você pudesse avaliar essa disponibilidade de recursos, ou a ausência de, para políticas públicas voltadas para superação das desigualdades raciais.



Mário - Esse é o grande espelho do que a gente está falando aqui. Porque na verdade a política pública vai mostrar o tamanho de sua potência, o tamanho do interesse que o Estado, incumbido de fazer a política, tem nessa política pela quantidade de recursos que você coloca lá no orçamento. Quanto mais importante a política, mais recursos essa política vai ter. Você tem muitas políticas que são anunciadas, com veemência, com muito estardalhaço, mas a rigor o governo está só fazendo um jogo de cena. Quando vai para o orçamento, você vê que aquela política não tem recurso quase nenhum, recurso zero. Você vê que o PAC não chegou nem a 40% do que foi prometido no começo do ano.

Ìrohìn - Você acha que esse é o caso de políticas de combate às desigualdades raciais?

Mário - Esse talvez seja o caso principal, onde se fez um estardalhaço muito grande e os recursos são muito poucos. Além de serem poucos, por exemplo, a Seppir, que é o grande órgão de articulação, recebe em torno de 15 milhões de reais por ano, que é verba para ONG pequena do PT. Isso não é recurso para uma secretaria. Por outro lado, estou fazendo um trabalho de abertura do orçamento de 2006 e já temos um primeiro quadro interes-



Ìrohìn - Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros

santíssimo, que é a quantidade de recursos. Nós distribuímos mais ou menos assim: os programas que têm o recorte racial, que são mínimos, num orçamento de mais de 500 bi você não chega a 80 milhões; os programas que poderiam ter e não têm, significa que há uma possibilidade de crescimento dos recursos para questão racial que estão colocados no próprio orçamento. Ou seja, você tem lá programas que poderiam ter o recorte racial, deveriam ter e não têm...

Ìrohìn - Não é dinheiro novo, é dinheiro que já está...

Mário - Exatamente. Você vê que, por um lado, o que tem para a questão racial é residual. Por outro lado, você poderia ter, se tivesse na cabeça de fato a questão racial como importante, um leque de possibilidades muito grande. Você não quer e, quando você pode, você também não faz. A idéia que nós temos é essa, ou você coloca a questão racial como questão nacional, à qual todo mundo tem que responder, tem que ter alguma opinião sobre ela, e aí o Estado vai ter que intervir, ou a gente vai continuar patinando no geral, com relação à questão social. E quando falo isso, eu não estou querendo falar que a questão racial se confunde com a questão social. Eu diria que a questão racial no Brasil reforça uma situação social de iniquidade. Nesse sentido, ela em grande parte faz uma espécie de conjunto intercessão com a questão social. Não é a mesma coisa. A questão racial se apresenta de uma forma mais líquida e certa talvez para as pessoas que já tenham ultrapassado a barreira social. Ou seja, o racismo em si, diluído, sem nenhuma presença do social, talvez ele seja mais visível, por exemplo, quando você vai olhar a situação de negros como professores da UnB. Há uma dissertação muito interessante, da Verônica Gomes, que se chama "Os negros fora do lugar", na qual ela entrevista os 10 ou 12 únicos professores negros da UnB e faz uma espécie de relato da vida dessas pessoas, que mostram como a questão racial está presente e como impede as pessoas de progredirem [Leia artigo sobre a dissertação nesta edição do Ìrohìn]. A questão racial no Brasil está muito colocada junto à

questão social, mas como são questões de natureza diferente, precisam de instrumentos diferentes. Essa história de que "ah, então a gente coloca cotas não pra negros, mas para pobres", está mitigando um problema racial que está colocado aí e que não dá para misturar.

Ìrohìn - Quando o governo quer resolver um problema - citando um exemplo - ele pode editar uma medida provisória e criar uma loteria, por exemplo. E o problema era a dívida de administrações ineptas de clubes de futebol, que não conseguiam saldar seus compromissos com o INSS, FGTS e Receita Fede-

sociedade. O grande problema do desenvolvimento no Brasil é essa convivência, que eu chamaria de "convivência espúria", com a questão da desigualdade - a natureza da ação dessa desigualdade. A pergunta que me faço sempre - e coloco a questão racial dentro desse âmbito - é se a sociedade brasileira quer um padrão de distribuição de renda melhor do que o que está aí. Eu tenho dúvida se a gente vai abrir mão dos nossos serviços pessoais do tipo empregada doméstica a 300 ou 400 reais, lavador de carro a 5 reais, eu tenho dúvida de que a sociedade brasileira queira isso. E essa desigualdade é totalmente alimen-

bônus ou ônus nessa sociedade que não quer ver isso?

Ìrohìn - Rubens Ricupero, em 1986, num seminário sobre África, na Câmara dos Deputados, disse que a questão racial nos divide como nenhuma outra. Se você olha a tramitação do Estatuto do Negro, na verdade há dois projetos de Estatuto no Congresso, a gente se pergunta, diante da reflexão de Ricupero: - divide quem? Parece que há um conluio de governo e oposição para não tocarem no Estatuto. Do mesmo modo como, no Congresso, governo e oposição desaparecem se o assunto em pauta são os interesses da população negra, acho que, pensando em termos de sociedade como um todo, há algum tipo de pacto para deixar as coisas como estão.

Mário - Sem dúvida. Não tenho dúvida quanto a isso. Quando você coloca a questão das cotas, uma primeira manifestação de política pública em que a gente consegue alguma coisa, os primeiros reais que o Estado direciona para a gente, a rigor é isso, você vê que existe um grupo na sociedade que reage de uma forma muito virulenta, histérica, mas o que mais me incomoda não é o histerismo desse grupo, mas é o silêncio e a passividade do resto da sociedade.

Ìrohìn - Outro exemplo que a gente poderia acrescentar aqui é a 10.639. Ela altera a LDB, mas não conhecemos um único texto de educador branco de peso, desses teóricos da educação no Brasil, que se disponha a examinar de público a nova diretriz da educação brasileira. Só o movimento negro defende a lei 10.639.

Mário - Como se fosse uma coisa de gueto, mas é uma coisa importante que está aí, pra gente se conhecer. Você está estudando a história dos outros e não conhece a sua história. Esse desafio que o movimento negro tem preconizado, em algum momento o reconhecimento vai vir, não só dos negros, mas do país como um todo. Eu sempre me pergunto isso, é uma sociedade em que o moderno convive muito bem com as formas - não diria nem arcaicas - mas as formas de desigualdade, reinventando o



ral. E o governo considerou isso um problema social da maior importância e criou uma loteria para dar os meios para que essas diretorias pudessem saldar seus débitos e reforçar seus caixas. O governo decide e age. A questão é por que o governo não considera a questão racial um problema emergencial, exigindo políticas à altura de sua dimensão estrutural? Por que essa insensibilidade, por que se criam órgãos que deveriam articular políticas e eles são de uma ineficácia a toda prova? Qual a sua opinião? Por que as coisas são como são?

Mário - É uma pergunta difícil. É uma pergunta que eu me faço quase todo dia. Trago comigo uma idéia de que você tem o racismo institucional no Estado que de fato é o rebatimento ou é o espelho de um racismo que está presente na

tada por uma visão racista que a gente tem. De que existe um grupo para o qual o iogurte de manhã para as crianças é fundamental, e um outro grupo para quem essa coisa seria um luxo. Ou seja, essa divisão da sociedade brasileira que naturaliza a desigualdade e faz com que a gente consiga crescer como o Japão e continuar desigual como a Índia, sem as caixas da Índia, é naturalmente alimentada por uma visão racista. Aí é preciso insistir que, sem perceber a questão racial na sua inteireza, a gente não vai conseguir fazer um projeto de desenvolvimento para esse país. Porque a sociedade não vai conseguir mudar. E o Estado reflete isso. Eu penso que na cabeça dos dirigentes passa isso, será que eu posso, será que eu devo mexer com essa questão racial? Será que de fato isso vai me trazer

moderno. Por exemplo, agora nós passamos o Japão, nós somos o primeiro país em reciclagem de alumínio. Como é que a gente recicla esses alumínio? Com crianças cantando lata na rua à meia-noite. A maioria dessas crianças é negra, como a gente sabe. Então, é a modernidade que está sempre colocada com a desigualdade, com a iniquidade. O DIEESE lançou um dado muito interessante, o desemprego por faixa de escolaridade. Então você vê: analfabeto, primeiro grau, segundo grau e terceiro grau. O menor desemprego é no terceiro grau, o pessoal formado em universidade. Depois vai aumentando para quem tem o segundo grau, e quem tem o primeiro grau tem o desemprego maior. Quem é analfabeto o nível de emprego é maior do que os que têm primeiro e segundo graus.

Ìrohìn – É mais vantajoso, se você quer emprego, ser analfabeto.

Mário -Isso. Acaba com a teoria do capital humano. Porque uma desigualdade tão grande que o sujeito para sobreviver é mais fácil engraxar sapato, é mais fácil ser guardador de rua, do que se aventurar numa escola. A única oportunidade que ele tem é isso. E mais, nós temos emprego e ocupação para essas pessoas porque a gente é muito desigual. Serviço pessoal no Brasil é de graça. Se a gente for ver o padrão de vida da classe média no Brasil, em relação ao padrão de vida da classe média de outros países, como a França, por exemplo, onde sábado é o dia que você tem que arrumar a casa, você tem que cuidar das crianças, você tem de lavar o carro, você vai ver que a gente paga por nada os serviços pessoais, e a gente deixa essas pessoas na mi-

séria. Essa é o grande elo que liga a questão racial de um lado, fazendo contraponto com a questão da desigualdade e o nosso padrão de vida desigual e crescente, com crescimento econômico.

Ìrohìn -Onde você está, é possível enxergar algum futuro?

Mário - Acho que a questão social brasileira, a questão econômica brasileira, a questão do debate do desenvolvimento, que é o que nós queremos, vai ter que passar pela questão racial. Esse é o grande nó- querendo ou não. Isso eu coloco como uma coisa que nós vamos ter que trabalhar muito do ponto de vista teórico. Estou trabalhando isso do ponto de vista teórico. Estou trabalhando no seguinte sentido: você quer desenvolvimento? Trabalha a questão da igualdade no Brasil. Você quer tra-

balhar a questão da igualdade no Brasil? Trabalha a questão racial. Ou seja, se você quer trabalhar a questão do desenvolvimento econômico no Brasil, você tem que trabalhar a questão racial.

Ìrohìn - O que você acabou de expressar é um eixo da sua diretoria no IPEA?

Mário - Sim, sem dúvida. Esse é um eixo de minha diretoria, um eixo que eu quero implantar, e estou muito animado para que isso aconteça.

Ìrohìn - Nós do Ìrohìn lhe desejamos boa sorte.

Mário - E eu agradeço ao Irohìn pela oportunidade.

(Mário Theodoro conversou com Edson Cardoso na sede do Ìrohìn em Brasília, no dia 10 de novembro de 2007.)



Empreendedores(as) Afro-descendentes enfrentam dificuldades no mercado

Juliana Dias*

O empreendedorismo dos afro-descendentes na cidade de Salvador será diagnosticado através de Projeto da SEMUR em parceria com o SEBRAE, visando determinar os sintomas que afligem a economia soteropolitana e caracterizam a exclusão econômica da população negra.

"Eu tinha 10 anos de idade quando surgiu o meu primeiro impulso empresarial. Papai era vendedor ambulante na feira de Água de Meninos e, por minha mãe ser extremamente zelosa, mandava-me levar todo dia a comida para papai. No caminho eu catava as cebolas que eram jogadas na maré, descascava-as e ia para a ladeira do Campo da Cruz vender. Com 12 anos fui para o prédio onde é hoje o restaurante "Cantina da Lua" e comecei como empregado doméstico. Fui batedor de ferrugem, auxiliar de balcão, balconista, subgerente, gerente, contador e, em 1971, arrendei a Cantina". A história contada acima é a do empresário negro Clarindo

Silva, proprietário do famoso restaurante "Cantina da Lua", situado no Pelourinho, Centro Histórico da cidade de Salvador. Clarindo Silva relembra as dificuldades e desafios enfrentados durante os 37 anos em que esteve à frente do restaurante.

A situação dos empreendedores e empresários afro-descendentes na Bahia e no Brasil é fator determinante para a economia brasileira. De acordo com o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, nas 500 maiores empresas do Brasil, apenas 3% dos cargos executivos são ocupados por afro-descendentes. Os dados confirmam a exclusão social e econômica da população negra no merca-

do empresarial, além da falta de oportunidades, os dados comprovam de uma maneira geral que as oportunidades para as pessoas afro-descendentes são muito limitadas, não só para a atividade empreendedora, mas para qualquer outra atividade.

A criação de políticas públicas que contemplem e favoreçam essa parcela da sociedade é necessária, e essa necessidade surge como forma de expandir a economia brasileira e soteropolitana, estimulado a população negra a tornar-se empreendedora. Um dos desafios enfrentados pelo empreendedor negro(a) é encontrar alternativas financeiras, como os empréstimos bancários, que pos-

sam manter e viabilizar o crescimento de suas iniciativas. "As maiores dificuldades encontradas por nós empreendedores afro-descendentes está no acesso ao crédito e na forma de divulgação da empresa" afirmou a empreendedora Alaíde da Conceição, mas conhecida como Alaíde do Feijão, criadora de famosa feijoada que serve há 38 anos em seu restaurante, localizado no Pelourinho.

Grande parte dos empreendedores afro-descendentes da cidade de Salvador está localizada no Pelourinho e assim como são limitados pela sua origem africana, possuem limitações também no que diz respeito ao local em que possuem o seu estabelecimento.

Como é o caso da microempresária e fundadora do Grêmio Comunitário Cultural e Carnavalesco A Mulherada, Mônica Kalile, que há 17 anos já empreendeu três negócios no Pelourinho. Kalile falou da dificuldade que teve ao tentar empréstimos e até mesmo atrair a clientela ao local. "Em 1992 montei um espaço cultural chamado Espaço Cultural Kalundo, no Pelourinho, servindo como casa de entretenimento e realizando atividades sociais, depois passou a ser uma empresa de assessoria de comunicação e informática. O que contribuiu para toda essa mudança foi o fato de estar localizado no Centro Histórico, isso prejudicava e preocupava muita gente, o fato de ser negra e mulher interferia, mas interferia muito a questão social e territorial" completou Kalile.

Além das dificuldades enfrentadas pelos empreendedores afro-descendentes que possuem um estabelecimento fixo, muitos autônomos buscam formalizar seu empreendimento, transformando-se em pessoa jurídica. O autônomo Uemerson Florêncio, que atua no campo da comunicação, falou sobre sua mudança de autônomo para jurídico, "apesar de como autônomo eu ter mais liberdade no meu negócio, hoje sinto a necessidade da separação. Afastar-me do autônomo e para ir para o campo jurídico acontece pelo fato de estar limitado, eu concorro de forma desleal com o mercado, existe uma necessidade de institucionalizar-me", confessou.

Lançamento de Diagnóstico

No dia 27 de novembro, foi lançado em Salvador, pela Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR), o projeto "Diagnóstico dos empresários e empreendedores afro-descendentes", em parceria com o Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas da Bahia (SEBRAE/Ba).

O objetivo do programa é conhecer, incentivar e melhorar o empreendedorismo dos afro-descendentes de Salvador. De acordo com o coordenador de promoção empresarial da SEMUR, Paulo Rogério Nunes, "O projeto tem o objetivo de fazer um diagnóstico dos

empreendedores negros de Salvador, onde eles estão localizados, quais são as dificuldades em relação à gestão dos projetos, em relação ao financiamento de suas atividades, ou seja, fazer um raio-X desses empreendedores e conhecer bem sua realidade e, a partir daí, propor políticas públicas voltadas especificamente para esse segmento".

O programa pioneiro na Bahia possui três momentos: o primeiro será a pesquisa das necessidades e capacidades dos empreendedores; o segundo contará com um treinamento para que eles possam realizar cooperações solidárias, de forma a superar a barreira da exclusão, que dificulta o êxito dos pequenos empreendedores; e, por fim, no terceiro será a divulgação desse projeto através de um Catálogo Virtual, ou seja, tornar público os projetos, endereços, contatos e desses empreendedores, criando assim uma rede de consumo negro.

Para o consultor da unidade de assessoria internacional do SEBRAE, José Marcelo Gulart de Miranda, essa parceria é uma experiência inovadora no Brasil: "saber das atividades desenvolvidas pelos empreendedores de origem afro-descendente para nós é importante pelo fato de que o SEBRAE busca prestar apoio aos empreendedores. Para isso precisamos conhecer as especificidades deles. E neste caso estamos diante de uma clara e histórica especificidade da sociedade brasileira que precisa de atenção", afirmou.

O evento, além de ter sido uma ocasião para o lançamento do projeto, serviu também para demonstrar como a presença do empreendedor negro(a) na economia brasileira e soteropolitana é bastante expressiva. "As dificuldades são constantes e a criação de políticas públicas que favoreçam essa parcela da sociedade é de extrema importância", avaliou o diretor institucional da Associação Nacional do Coletivo de Empresários Afrobrasileiros (ANCEABRA), Mário Nelson Carvalho. Para Mário Nelson, o diagnóstico que será realizado permitirá uma compreen-

são mais ampla e concreta da situação do empreendedorismo afro-brasileiro.

Segundo Paulo Rogério Nunes, a necessidade do diagnóstico surgiu como forma de identificação por parte dos órgãos públicos sobre o exato comportamento dos empreendedores e empresários afro-descendentes, a partir da realidade vivida por eles, "não dá para fazer política pública de maneira empírica, perdendo dessa forma a oportunidade de estarmos fazendo um trabalho efetivo e sem

otimizar os gastos". O prazo previsto para o lançamento da pesquisa e do catálogo virtual pela Coordenação de Promoção Empresarial da SEMUR será, respectivamente, no mês de junho e final do ano de 2008. "Objetivamos a realização de políticas públicas após esse diagnóstico, numa perspectiva de elementos qualitativos e quantitativos", concluiu Paulo Rogério.

**Estudante de Jornalismo da Faculdade Jorge Amado (Ba).
juliana.csd@gmail.com*

Depoimentos:

Qual a perspectiva da realização do diagnóstico?



Foto: Alberto Lima

Clarindo Silva: "Acho o projeto uma idéia brilhantíssima. Porque vai ser possível diagnosticar a situação de cada empresa e fazer o levantamento delas. Acredito que o planejamento e a pesquisa na área do empreendedorismo afro-descendente vão propiciar grande impulso aos nossos esforços".



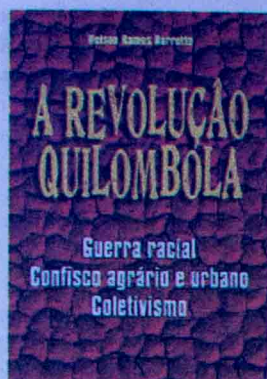
Alaíde do Feijão: "Eu acho que esse projeto chegou no momento certo. Acredito muito nele e espero que sua realização nos permita ganhar outra visibilidade".



Mônica Kalile: "Esse diagnóstico vai articular uma realidade que a gente já conhece na prática, porém vai abrir novas possibilidades e torcemos para que elas possam contribuir para o surgimento e fortalecimento de novas empresas e empresários/empresárias negros e negras".



Uemerson Florêncio: "A partir desse diagnóstico, os empreendedores negros começam a romper barreiras que dificultam a criação de oportunidades. A realidade que sair da pesquisa vai estimular ainda a articulação do segmento que, quem sabe, pode até criar uma sociedade".



Quilombolas sob ataque cerrado

Incansáveis, atores e práticas contra a regularização fundiária das comunidades quilombolas movimentam-se em Brasília.

Paula Balduino* e Cristiane Pereira**

No dia 20 de novembro deste ano, Dia Nacional da Consciência Negra, foi lançado o livro "A revolução quilombola", do jornalista Nelson Ramos Barreto, na Livraria Cultura em Brasília. Com foco na crítica ao processo de regularização fundiária das comunidades quilombolas, efetuada por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o referido livro ocupa-se em desqualificar o pleito destes grupos pela formalização da posse de seus territórios tradicionais. Para tanto, apóia-se em pressupostos empoeirados de defesa do direito de propriedade, historicamente assegurado e mantido pelas elites brasileiras. Valores, enfim, fundados no racismo, machismo, exploração e violência, equação que teima em se manter constituinte do modelo de nação hegemônico no Brasil.

A forma cênica e efusiva com que foi lançado o livro, onde o autor aconselhava a uma platéia majoritariamente branca e masculina o "Cuidado com a reforma agrária negra", e a completa desinformação ou racismo institucional da Livraria Cultura, que sediou tal espetáculo no dia em que se celebra a imortalidade de Zumbi e do Quilombo de Palmares, sinalizam para uma onda conservacionista que emerge de diversos espaços da sociedade brasileira em contraposição ao tímido avanço que vem tendo a política de regularização de territórios quilombolas. Tal movimentação nos incentiva a relembrar que a garantia de formalização da posse das comunidades quilombolas está prescrita na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

"Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes

os títulos respectivos".

Normalizam esse artigo o Decreto Presidencial 4.887/03 e a Instrução Normativa nº 20/05, do INCRA. Uma das primeiras iniciativas contrapostas a essa movimentação foi a manifestação do antigo Partido da Frente Liberal – PFL, atual Democratas – DEM, de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra o Decreto 4887/03, registrada no Supremo Tribunal Federal. Desde junho de 2004, a ADIN 3239 tramita no STF, sob relatoria do ministro César Peluso, podendo ser julgada a qualquer momento. Mais recentemente, o deputado federal Valdir Colato, do PMDB-SC, lançou no Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo 44/07, que propõe sustar o Decreto 4.887/03. O PL foi rejeitado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, porém ainda será julgado pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para além dessas movimentações, a grande mídia tem veiculado uma série de reportagens televisivas e impressas contestando sejam as bases da política de regularização, sejam casos específicos, como o de São Francisco do Paraguaçu, no Recôncavo Baiano, e o de Marambaia, localizada na Ilha de Mangaratiba/RJ. Ambos os casos envolvendo grandes interesses contrários à regularização dos territórios quilombolas. Destacamos ainda as organizações de atores sociais diretamente envolvidos em proces-

sos de regularização de territórios quilombolas, como o movimento Paz no Campo, representado por setores de direita, ligados às correntes mais conservadoras da Igreja Católica e detentores de títulos de domínio no meio rural.

Em linhas gerais, esse grupos argumentam principalmente contra o princípio da auto-definição – garantido pela Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil – e contra o processo de identificação e demarcação dos territórios tradicionais das comunidades quilombolas.

A garantia pelo Estado das terras dos "remanescentes das comunidades dos quilombos" está regulamentada em peças técnicas, sustentadas por normas jurídicas, construídas na idéia de que a memó-



Quilombolas de Linharinho

ria de uma comunidade negra rural está inscrita em um determinado território a partir de toda a opressão histórica sofrida no contexto da escravidão, assim como da beleza de tradições que muitas vezes nos apresentam uma outra concepção de mundo.

A movimentação histórica motivada pelo lançamento do Livro "Revolução Quilombola" expressa forte reação de nossa sociedade contra a tentativa de reparação à população negra que, no tocante à questão fundiária, foi privada da formalização de suas posses desde a Lei de Terras de 1850. Estamos lidando aqui com o mesmo substrato racista da argumentação contrária à política de cotas nas universidades e de outras políticas de ação afirmativa – em cres-

cente debate por todo país, a despeito das estratégias de silenciamento e desqualificação promovidas, sobretudo, por setores da imprensa e do staff acadêmico. Vale destacar que cada avanço na política de regularização dos territórios quilombolas, como a publicação do estudo de identificação do território da Comunidade de Linharinho, localizado no Município de Conceição da Barra, território quilombola de Sapê do Norte/ES, tem sido acompanhado de violentas reações contrárias. Recentemente, um quilombola desse território foi baleado pela milícia armada de uma grande empresa da região, onde se gestionou a criação do movimento Paz no Campo.

Outro episódio, ocorrido na Bahia, em que cerca de 12 homens fortemente armados invadiram a comunidade quilombola de Cairu, no município de Salinas das Margaridas/BA, derrubaram casas de famílias da comunidade, com foco nas lideranças da área, em ação extremamente violenta. Em muitos casos similares a esses, o próprio aparato oficial de repressão do Estado apóia essa movimentação.

O "convescote" reacionário proposto pelo jornalista Nelson Ramos Barreto, aplaudido por membros da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, entre outros setores, na livraria Cultura, em Brasília, permite-nos dimensionar a real importância da luta das comunidades quilombolas. Mais do que a conquista da terra, a luta dos quilombolas representa a possibilidade de constituição de uma sociedade mais justa, a partir do reconhecimento e incremento de um projeto de nação que contemple, efetivamente, as demandas e propostas pautadas pelos movimentos negros brasileiros.

*Antropóloga.

**Mestranda em História/UnB.

Entrevista com **Sílvio Humberto**

A faculdade é um sonho possível

Diana Condá*

Ousadia. Essa é palavra que define com fidedignidade a experiência que este baiano de 43 anos, mestre em economia e professor, está empreendendo juntamente com acadêmicos e integrantes de movimentos sociais negros. Um projeto esperado por muitos e classificado por ele como um sonho possível. Trata-se de desenvolver um modelo de educação pautado no respeito à diversidade e na cosmovisão africana, tudo isso em paralelo com o trabalho existente há 15 anos, que já inseriu cerca de 800 alunos na universidade por meio do curso pré-vestibular gratuito para negros e negras.

A obstinação é nítida: sair do senso comum – mais uma vez. E é nessa busca, “aprendendo com os erros e acertos do Movimento Negro”, que o Instituto Cultural Steve Biko lança mais um desafio aos que não acreditam em um modelo de educação com identidade, que reflita as lutas históricas do movimento negro por respeito, por participação nos espaços de decisão.

Ele se arrisca e quer ter êxito. Estampando naturalmente a decisão comum aos filhos de Ogum, ele e a equipe do “Biko” preparam-se para mais uma luta. Faz questão de ressaltar que este sonho é coletivo e por isso o momento é de consulta à comunidade. E diz “estamos abertos ao sonho bom, da construção em coletividade”. Sílvio Humberto Cunha, diretor executivo do Instituto Cultural Steve Biko, **conversou com** a jornalista Diana Clara Condá sobre o projeto da Faculdade cujo nome homenageia o ativista negro sul-africano Steve Biko.

Ìrohìn: Como surgiu a idéia de se criar uma Faculdade?

Sílvio Humberto Cunha: Vem da reflexão do Instituto Cultural Steve Biko. Estávamos fazendo o planejamento estratégico de nossa instituição quando surgiram alguns

questionamentos sobre qual a direção seguir. Então, fizemos as seguintes perguntas: de onde viemos? Para onde vamos? A partir daí refletimos e tomamos a decisão de mudar. Essa mudança se refere à nossa visão, que deve ser cada vez mais ampla. Achamos que a Faculdade Steve Biko enquanto instituição de ensino superior pode contribuir para pensar a educação no Brasil. A partir da cosmovisão africana, queremos pensar e entender os desafios colocados para a população no século XXI.

Ìrohìn: Quais são os prazos e limites para a criação da Faculdade da Biko?

Sílvio: Pretendemos criar a Faculdade até 2012. Lançamos a idéia este ano para comemorar os nossos 15 anos e compartilhar com a comunidade negra. Este é o primeiro passo para que possamos estabelecer diálogos com o movimento e também para construir coletivamente o projeto. E isso não é utopia, porque o crescimento do Instituto Cultural Steve Biko e de suas ações foi pensado assim e é feito desta forma.

Ìrohìn: Como espera manter um projeto dessa envergadura?

Sílvio: Temos um grupo de trabalho responsável por pensar os caminhos da sustentabilidade e estamos, intensamente, trocando informações com pessoas e instituições que já desenvolveram ou desenvolvem experiências afinadas com o nosso projeto, como o Black College. O público que queremos atingir prioritariamente é a comu-

nidade negra, logo pensamos que os alunos deverão pagar algo simbólico. O acesso e permanência serão viabilizados por meio de bolsas e financiamentos vindos dos projetos de responsabilidade social das empresas parceiras.

Ìrohìn: E a construção do projeto mais pedagógico, os cursos, os docentes? **Sílvio:** Levaremos em consideração o nosso próprio aprendizado nesses últimos quinze anos, sempre abertos também a incorporar experiências de faculdades americanas, universidades indígenas, outras visões de mundo. Acreditamos que seja possível repensar a

educação e o que a ausência de diversidade faz com as pessoas. Os alunos que entrarão na Faculdade da Biko serão incentivados a participar dos movimentos sociais e a construir conhecimento com as experiências obtidas, porque acredito que, se muitos espaços foram abertos, é grande a participação do movimento negro nesse processo, sempre brigando pelo res-

peito à diversidade. Pretendemos oferecer cursos nas áreas de humanidades e tecnologias. Os docentes deverão comungar da cosmovisão africana e valorizar a desconstrução do eurocentrismo. Por isso, a Faculdade Steve Biko não será uma instituição exclusiva para negros ou indígenas. Penso que o conhecimento deva ser amplo.

Ìrohìn: Como você vê o diálogo com a universidade pública?

Sílvio: Uma coisa importante é que não queremos substituir a



universidade pública. Acreditamos que, através de nosso trabalho diferenciado, podemos influenciar a epistemologia [origem, estrutura, métodos aplicados e validade do conhecimento] da universidade pública. Um exemplo disso é que a tecnologia que desenvolvemos no Instituto Cultural Steve Biko tem inspirado experiências de ações afirmativas. Continuaremos trabalhando cidadania e consciência negra de forma a fugir do modelo tradicional, eurocentrista e discriminatório.

Ìrohìn: O que é necessário para tornar este projeto real?

Sílvio: Ousar. Com a estrutura que temos hoje, não podemos. Para que possamos tornar este sonho realidade, estamos montando um programa de desenvolvimento institucional, organizando grupos de trabalho e ampliando parcerias, desse esforço sairão os elementos necessários para a instituição de ensino superior que projetamos.

Ìrohìn: O professor Carlos Moore fez um documento que contém recomendações alusivas ao que a Faculdade da Biko não deve ser. E na sua concepção, o que ela não deve ser?

Sílvio: Penso que nossa Faculdade não deve ser fechada nela mesma. Este espaço que construiremos juntos nunca será um lugar que não respeite as diversidades étnico-raciais. Temos que ser agregadores, por isso precisamos atrair pessoas e não excluí-las.

*Jornalista (BA).



Sílvio Humberto, diretor executivo do Instituto Cultural Steve Biko

Debate morno retoma Estatuto

Até o início de dezembro, das matérias aprovadas durante este ano na Câmara dos Deputados, apenas nove foram projetos de iniciativa dos deputados. As demais 119 matérias aprovadas tiveram origem no Executivo: 59 MPs e 60 projetos de lei (Fonte: Correio Braziliense). Estamos trazendo essa informação para que se possa bem avaliar as chances reais que tem o Estatuto do Negro de vir a ser apreciado no plenário da Câmara. Sabendo-se, além disso, que o governo não traz a público sua posição diante do projeto, como é usual quando se debatem outras proposições.

O presidente Lula, no pronunciamento de 20 de novembro, surpreendentemente, culpou as divisões existentes no movimento negro, criando enfim um bode expiatório para ser responsabilizado pela

não aprovação do Estatuto. Ninguém duvida de que o presidente estivesse fazendo jogo de cena. O governo não tem interesse no projeto. No debate realizado no plenário da Câmara no dia 26 de novembro, sintomaticamente não estava lá o líder do governo. De 513 deputados, estavam apenas presentes Carlos Santana, Vicentinho, Damião Feliciano, Edson Santos, Janete Pietá e Luiz Alberto (licenciado), todos da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial. Estavam ainda presentes o senador Paulo Paim e o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Arlindo Chinaglia queria redimir-se do papelão de 27 de setembro, quando resolveu, aos berros, diante das câmaras de televisão, passar uma descompostura em ativistas negros de São

Paulo, no gabinete da presidência da Câmara. De concreto, um vago encaminhamento de criação de uma nova comissão especial, levando-se em consideração exclusivamente o projeto de Estatuto que veio do Senado, e ignorando-se o projeto que está na mesa da Câmara, pronto para votação, desde dezembro de 2002. O da Câmara mantém a proposta de criação do Fundo da Igualdade Racial. No projeto que veio do Senado, o governo já conseguiu retirar a proposta de Fundo. A empulhação se completa com a declaração de que o Fundo será apreciado na forma de uma Proposta de Emenda Constitucional. Um horizonte ainda mais improvável, muito mais improvável.

José Carlos Miranda, Roque José Ferreira e José Roberto Militão,

três tristes figuras, seriam, aparentemente, a expressão de um "movimento dividido". Mas só na aparência. Eles expressam na verdade o pensamento de Yvonne Maggie, a quem seguem com rara fidelidade. Estão lá para que não se diga que a oposição ao Estatuto é branca. Estão lá para, diante de rádios, jornais e tevês, simularem uma divergência de opinião no seio do próprio movimento. Estão cumprindo bem o seu papel de confundir a opinião pública.

A seguir, alguns fragmentos de pronunciamentos proferidos no plenário da Câmara dos Deputados, na sessão que debateu o Estatuto. Detalhe: quase não se fez alusão ao conteúdo do Estatuto, que precisa ser mais conhecido se quisermos, de fato, debater a fundo suas propostas. (Edson Cardoso)



Foto: Daniel Cardoso

Sr. Presidente, esta Casa discute tudo, mas não pode discutir a questão racial. Isso é proibido. (Palmas.) Por que é proibido? Porque eles não querem que nós tenhamos consciência racial. Estou dizendo isso porque venho do movimento sindical, sou metalúrgico caldeireiro, sou de uma categoria onde a maioria era de negros. E nós aprendemos, erradamente, que, resolvendo o problema de classe, vamos resolver o problema do negro.

Onde isso aconteceu? Mostrem-me um país socialista, um país comunista onde foi resolvido o problema dos negros. Em lugar nenhum, Sr. Presidente. Por isso, eles não querem que discutamos. Respeito até a posição dos companheiros que trabalham com a questão de classes, mas não posso escutar o outro dizendo que vai ter divisão.

DEP. CARLOS SANTANA (PT-RJ)



Ouvi vozes contrárias à aprovação do Estatuto. Estabeleceram um debate antigo, muito antigo. Foi assim que se estabeleceu o debate antes da assinatura da abolição da escravatura no Brasil. A elite brasileira se preocupava em proteger sua propriedade, o seu patrimônio. O debate continua o mesmo, seja sobre patrimônio material, seja sobre patrimônio imaterial. A elite continua desenvolvendo a mesma estratégia. Senão, as pessoas de boa fé, ou que não compreendem o alcance do que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial — e acho que existem tais pessoas — deveriam, como disseram alguns oradores que me antecederam, visitar um presídio e fazer a comparação entre um presídio e uma universidade pública, a fim de verificar qual a presença do negro e do branco nessas duas instituições. Por que o sistema não estabeleceu a raça de quem deve ocupar as celas dos presídios e de quem deve ocupar as salas de aula das universidades?

LUIZ ALBERTO (Secretário de Promoção da Igualdade/BA)



Foto: Daniel Cardoso

Todavia, o Estatuto da Igualdade Racial, que está em discussão, diferentemente da declaração da pesquisadora Yvonne Maggie, em nenhum momento imputa a qualquer cidadão brasileiro uma identidade étnico-racial. Isso é um falseamento do conteúdo de sua proposta. Ele é muito claro quando diz que afro-brasileiras são as pessoas que se classificam como tais ou como negros, pretos, pardos, numa definição análoga. Portanto, se é essa a base da divergência de muitos dos que se colocam contra o Estatuto da Igualdade Racial, não há base conceitual que a justifique.

EDNA ROLAND (Fala Preta-SP)



Tenho apresentado, em alguns outros debates, inclusive no ano passado no Senado Federal, o fato de que os nossos adversários costumam apresentar em suas argumentações uma série de incongruências e incoerências, para as quais é interessante chamar a atenção. Dizem eles, por exemplo, que reconhecem a existência de um problema racial no Brasil, reconhecem a existência de racismo e de discriminação contra a população negra - o que implica dizer que é possível identificar os negros para discriminá-los negativamente - , mas, quando apresentamos propostas de ação afirmativa, passam a dizer que é impossível identificar os negros.

Ou seja: é ao mesmo tempo possível e impossível identificar os negros. É possível para prejudicá-los, e é impossível para beneficiá-los ou para compensá-los. Eles têm de chegar a uma conclusão sobre isso.

Da mesma forma, declaram-se adversários radicais da idéia de raça. Para eles, a idéia de raça tem de ser combatida, pois é essa a causa do racismo. No entanto, defendem e louvam, inclusive como um aspecto fundamental na sociedade brasileira, a miscigenação, que é exatamente a mistura de raças. Ou seja, a raça não existe; mas a mistura de raças, sim. Também a respeito disso, eles precisam chegar a uma conclusão.

CARLOS ALBERTO MEDEIROS (RJ)



Foto: Daniel Cardoso

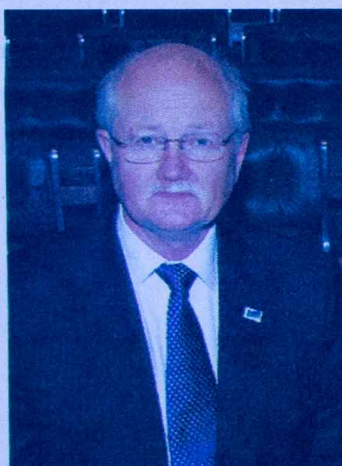
Hoje, discute-se aqui o resgate de uma dívida do Estado brasileiro com a população negra. O Estatuto da Igualdade Racial é a consolidação dos direitos da população negra no Brasil.

Alguns disseram que o referido Estatuto iria acirrar as divisões no Brasil. A experiência concreta não tem demonstrado isso, pelo contrário, vide a experiência das universidades com a presença de jovens negros. Acompanhei a experiência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde não houve acirramento de ânimos, mas a preponderância, em termos de desempenho, de jovens oriundos dos pré-vestibulares para negros e carentes.

Diziam que o feriado do dia 20 de novembro no Rio de Janeiro iria acirrar a divisão e o ânimo na cidade. Hoje, essa data é a mais comemorada no Rio de Janeiro. Lá, toda criança sabe exatamente o papel da figura histórica de Zumbi dos Palmares. Quando elaboramos a lei que criou esse feriado, as pessoas diziam que Zumbi não era fantasma, mas um morto vivo.

Sr. Presidente, devemos fazer um esforço de mediação para voltarmos o Estatuto da Igualdade Racial. Hoje, nesta Casa, de 513 Deputados não há 12 Deputados negros. Esta Casa deve promover um trabalho de convencimento, bem como de negociação, para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

DEP. EDSON SANTOS (PT-RJ)



Cotas agregam. A exclusão segrega.

Os jovens negros que hoje estão nas universidades, públicas ou privadas, estão se mostrando bons alunos, com rendimento comparável ao dos demais colegas. Nenhuma das nefastas previsões alardeadas por meio da mídia quando as cotas foram lançadas em 2002 realizou-se ou ameaça realizar-se.

Timothy Mulholland*

A UnB tem a tradição e a preocupação de se envolver - até onde não é chamada - quando os direitos humanos estão em questão. Esse é o espírito da UnB. E foi com este espírito que, em 2003, aprovamos o Sistema de Cotas para Negros em nossa Universidade. Hoje, já contamos com quase dois mil jovens negros na UnB que ingressaram por meio da política de ação afirmativa de cotas.

Felizmente não estamos sozinhos nesta luta por direitos humanos. A inclusão social é pauta naci-

onal. A consciência brasileira não aceita mais calar-se diante das disparidades sociais, que, em última análise, nos coloca entre os países derradeiros em nosso continente em termos de direitos civis.

O Censo do IBGE e outras pesquisas permitem identificar com clareza os locais e as formas de exclusão e nos ajudam a propor políticas públicas nas esferas econômica, social, educacional, da saúde etc. Identificadas as vulnerabilidades e os processos de exclusão, é possível ao Congresso Nacional atuar de

forma pontual e agressiva para mudar essa situação. Felizmente, a educação é também reconhecida como a grande alavanca do desenvolvimento individual e coletivo. Por intermédio da educação, o povo brasileiro será resgatado das dificuldades e das mazelas da sua história.

Portanto, os maiores esforços devem ser concentrados na educação, porque ela é o caminho mais curto para uma sociedade igualitária. Todos - brasileiras e brasileiros - devem ter oportunidades iguais em todos os níveis da educação.

Mas é no nível superior que as disparidades aparecem com mais nitidez e com consequências nefastas para o futuro. A educação superior dá acesso ao conhecimento mais avançado da humanidade e ao exercício de funções de poder. Grupos que não têm acesso ou têm acesso limitado à educação superior são destinados a exercer com menos plenitude sua cidadania e seus direitos.

Os dados apontam com clareza que os brasileiros negros, descendentes de escravos africanos, histórica-

mente foram os mais marcados pela exclusão, sendo mais acentuado no caso das mulheres negras. Há quase 120 anos da Lei Áurea, ainda temos muito o que fazer para garantir o efetivo gozo da igualdade preceituada pela Constituição Federal.

As políticas de inclusão – políticas de cotas para negros, mulheres, indígenas, escolas públicas e comunidades de baixa renda – nas instituições públicas de ensino avançaram muito nos últimos 5 anos. Mais de 30 instituições possuem políticas dessa natureza. Entre as universidades federais, 16 seguiram o exemplo da UnB nos últimos 3 anos e mais virão.

Hoje, não precisamos mais discutir hipóteses: o que acontecerá se

políticas de inclusão forem adotadas? Já sabemos dos resultados positivos, já conhecemos a realidade de onde os sistemas de inclusão estão implementados e funcionando.

E essa realidade prova que há milhares de jovens negros brasileiros qualificados esperando apenas a oportunidade de estudar. Trata-se agora de promover políticas públicas e transparentes para todos. As experiências em diversas universidades públicas, federais e estaduais, tanto quanto em particulares, têm comprovado a viabilidade e pertinência da adoção de políticas de ações afirmativas para ingresso no ensino superior.

Os jovens negros que hoje estão nas universidades, públicas ou

privadas, estão se mostrando bons alunos, com rendimento comparável ao dos demais colegas. Nenhuma, repito, nenhuma das nefastas previsões alardeadas por meio da mídia quando as cotas foram lançadas em 2002 realizou-se ou ameaça realizar-se. O sistema de cotas agrega os jovens nas instituições, não os segrega; o que segrega é a exclusão.

Ao longo destes anos de implantação do Sistema de Cotas para Negros na UnB, iniciado em 2004, com o ingresso da primeira turma de aprovados, a Universidade tem adotado uma política consistente visando as condições de permanência de nossos estudantes do Sistema de Cotas que tenham perfil só-

cio econômico que demande apoio em termos de bolsa-alimentação e bolsa-permanência.

Em termos do processo de inclusão de jovens negros no Brasil, é hora de avançar. Se quisermos eliminar a exclusão educacional em uma geração, temos de fazê-lo por completo em todos os níveis educacionais e para todos os segmentos da sociedade brasileira, com ênfase para os setores mais excluídos.

Devemos assumir nacionalmente esse desafio, como alguns já o fizeram, aperfeiçoar e ampliar as políticas de inclusão hoje em vigor na direção da construção do Brasil com o qual todos sonhamos.

***Reitor da Universidade de Brasília**



Docentes negros(as): indivíduos “fora de lugar”?

Verônica Maria da Silva Gomes*

Em sua dissertação de mestrado, defendida em 2004, no Departamento de Sociologia da UnB, Verônica Gomes, por meio de uma pesquisa qualitativa, buscou verificar como um grupo de 14 docentes negros (as), atuando num locus onde raramente são encontrados em posição de prestígio, vivenciam as experiências de discriminação, como reagem a elas na sua vida cotidiana e se existe mobilização de estratégias individuais ou coletivas de defesa que os auxiliem a superar o sofrimento decorrente dessas experiências de discriminação nas relações de trabalho.

Apesar de a universidade pública brasileira se caracterizar por ser, ainda, um dos raros campos de reflexão, produção de conhecimento e pensamento crítico no país, são contundentes a indiferença e a insensibilidade observadas no ambiente acadêmico quanto à realidade racial no Brasil, bem como quanto à exclusão da população negra dos bancos universitários, quer na qualidade de docente, quer na de discente.

A pesquisa foi realizada em 2003, tendo como campo a Universidade de Brasília (UnB), ambiente acadêmico que congregava em seu quadro de pessoal docente menos de 1% de docentes negros(as). À época, foram entrevistados 14 docentes negros (as) num universo de

1.559¹. Para chegar a formar o universo de docentes entrevistado, foram encontradas algumas dificuldades no âmbito da coleta de informação do quesito raça/cor, pois não existem fontes que incorporem o referido quesito em documentos e/ou formulários de identificação dos docentes lotados na UnB. Sendo assim, buscou-se verificar marcas fenotípicas para identificar características de pessoa negra, associadas à autodeclaração do(a) docente. Outro método de identificação foi o da “bola de neve”, utilizado durante as entrevistas, quando seis docentes sugeriram outros nomes para que se fizesse contato. É importante salientar que, nos casos em que, fenotipicamente, o(a) docente apresentou características que o(a) iden-

tificassem como negro, mas não se autodeclarou como tal, o(a) mesmo(a) não foi incluído(a) na pesquisa.

Em breve levantamento realizado nos arquivos da secretaria de pós-graduação do departamento de Sociologia da UnB, foram encontradas apenas duas dissertações de mestrado – de 1973 a 2003 – que traziam à baila temas com enfoque racial. Não é do nosso conhecimento a existência de trabalhos, pelo menos no âmbito da Universidade de Brasília, que abordem estratégias individuais e coletivas de defesa construídas por docentes negros nas relações de trabalho. De regra, as abordagens são generalizantes, pois, como sabemos, tem sido um desafio para todos os campos do

conhecimento a inclusão da discussão das questões de ordem étnico-racial.

Na análise das entrevistas, pôde-se verificar que a identidade social virtual dos(as) docentes, ou seja, as imputações que lhes são atribuídas a partir de exigências que pressupõem o que eles devam ser ou fazer, calcada na impressão que se tem do outro com base numa marca que pode ser a cor da pele, um sotaque ou uma deficiência física, por exemplo, tende a reduzi-los a pessoas desacreditadas e despreparadas. A partir do momento em que a sociedade considera esse traço uma imperfeição, uma série de outras imperfeições é inferida a partir dessa suposta “imperfeição original”. No imaginário

social, os(as) docentes negros(as) deveriam estar condenados a exercerem tarefas consideradas de menor prestígio. O estigma de que são vítimas reduzem os docentes à condição de estereótipos e não se respeita sua identidade social real - os atributos que uma pessoa comprova possuir para estar exercendo determinada função, ocupando determinado cargo ou circulando em ambientes nos quais, geralmente, não se encontram pessoas com atributos estigmatizados negativamente.

Observou-se que os (as) docentes tiveram em comum histórias de infância e adolescência muito duras. Desde cedo, muito cobrados e exigidos, foram estimulados a estudar e cresceram sendo informados por suas famílias de que "negro para ser respeitado tem que se formar". Sem saber, estavam sendo incentivados a ocupar os lugares, tradicionalmente, não ocupados pela parcela negra da população e, por isso, sempre foram os únicos negros nos espaços que freqüentavam para estudo e trabalho.

A descoberta que cada um fez de sua negritude tornou-se um marco fundamental para alicerçá-los enquanto indivíduos. Este marco redefiniu a cosmovisão, a autovalorização e reforçou a autodeclaração, enquanto pessoa negra, como forma de demarcar o espaço sócio-político. A auto-estima positiva estimulou-os

a galgarem uma posição na qual se encontram não por condescendência, nem por bom ajustamento, mas por um compromisso interior com seus antepassados e com sua descendência, por um esforço árduo e um autotreinamento que os impulsionaram a transcender barreiras.

A pesquisa, ainda, levou-nos às seguintes considerações:

1. A sociedade brasileira reserva um lugar, no qual o negro não pode estar, a que o negro não pode chegar, não pode galgar. Este "não-lugar" que as pessoas negras conquistam e não deveriam ocupar, pelo menos no imaginário social, leva ao sofrimento aqueles que não respeitam os limites impostos e transcendem o lugar comum que a sociedade lhes impõe. Quando escapam a tal tipo de controle, quando vencem as humilhações cotidianas e "a profecia do fracasso inevitável", os poucos que conseguem romper as barreiras da miséria, da pobreza, da não-cidadania e do lugar proibido começam a incomodar, pois não estão no lugar que lhes foi historicamente reservado.

2. Na UnB, não existe um coletivo de docentes negros que partilhem suas preocupações enquanto grupo identitário, que vivencia situações semelhantes nas relações de trabalho, mesmo estando submetidos às mesmas condições precárias de trabalho pela defasagem

salarial que atinge a categoria, pelo sucateamento da infra-estrutura universitária e pela sobrecarga de serviços com a execução de trabalho não-prescrito. Os docentes negros do mesmo departamento se identificam e se reconhecem. Apenas 06 entrevistados conhecem professores(as) negros(as) em departamentos diferentes.

3. Os sentimentos de frustração, tristeza, raiva e angústia revelaram a insatisfação que expressaram ao descrever tanto as condições de trabalho quanto as situações de discriminação vividas ao longo de suas vidas e nas relações de trabalho na Universidade de Brasília.

4. Para superar o sofrimento nas relações de trabalho, principalmente, no que se refere à discriminação racial, engendraram mecanismos estratégicos de defesa individuais para estabelecerem o mínimo de convivência com colegas e alunos(as) e serem respeitados nesse lugar "proibido". As formas mais comuns de estratégias de defesa desenvolvidas pelos entrevistados, diante das brutalidades da experiência de discriminação racial, vão desde o retraimento - expresso pela indiferença e o silêncio - até manifestações expressas de indignação e agressões verbais e físicas diante das não menos ofensivas expressões de racismo por parte de colegas e alunos que, reiteradamente, con-

frontam o conhecimento do(a) docente negro(a). A expressão destes sentimentos é a forma que buscaram para não enlouquecerem com a tortura cotidiana da discriminação. No grupo entrevistado, 92,85% têm convivido com essa realidade há mais de 40 anos.

5. Outros buscaram usar do bom humor, do sarcasmo ou ter uma atuação sindical combativa para superar as dificuldades. Para este grupo, não existem estratégias defensivas coletivas. Suas diferenças são diluídas pelo sistema, que cria o anonimato e os individualiza no sofrimento.

A luta de combate ao racismo não tem sido em vão. Ela produz resultados de forma lenta, gradual. Gente negra atuante e engajada continua ocupando espaço, insiste e persiste na abertura de caminhos para que a Universidade cumpra o seu real sentido de existir. Que ela realmente seja universal para as possibilidades do pensar e que este pensamento não seja exclusividade da parcela não-negra da intelectualidade. Na sociedade brasileira, o(a) pensador(a) também pode ser negro(a)!

***Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília.**

¹ Fonte: Secretaria de Planejamento da UnB / 2001.

Perfil dos (as) docentes negros (as) da UnB – Ano 2003

- 71,4 % dos (as) docentes entrevistados (as) eram do sexo masculino e 28,5% eram do sexo feminino – caracterizando que, inclusive, entre o grupo de docentes negros, há maior presença masculina nos níveis de ensino superior diferentemente das primeiras séries de escolaridade onde a presença feminina é maior.
- 71,4% dos(as) docentes estão na área de Humanas (Artes Plásticas, Comunicação, Educação, Geografia, Letras, Música e Política Social)
- 28,5% estão na área de Exatas (Física e Química)
- 70% dos docentes negros estão na faixa etária entre 40 e 50 anos;
- 21,4% têm mais de 50 anos;
- 35% estudaram em escola pública;
- 57% tiveram uma trajetória mista entre escola pública e privada;
- 78% são doutores – é interessante observar que, à época, um dos docentes era o único doutor na sua especialidade no Brasil.
- 19% são mestres e 01 graduada.



Entrevista Carlos Moore

Brasil-África: vínculos atuais e perspectivas

“As relações do Brasil com o continente africano podem evoluir para o neocolonialismo e os próprios dirigentes africanos são um fator nessa possível equação.”

Ana Flávia Magalhães Pinto*

Em virtude da visita do presidente Lula a quatro países africanos – Burkina Faso, Congo-Brazzaville, África do Sul e Angola –, realizada de 15 a 18 de outubro, o professor Carlos Moore, especialista em assuntos africanos e latino-americanos, aceitou conversar com o *Ìrohìn*. Nesta entrevista, ele analisa a natureza atual e a possível evolução dos vínculos entre o Brasil e o continente africano. Moore alerta sobre os possíveis perigos no horizonte dessas relações e, para evitá-los, evoca a intervenção da sociedade civil, tanto africana quanto brasileira.

Ìrohìn – O jornal O Estado de S. Paulo publicou matéria sob o título: “Lula começa viagem à África em ato ao lado de ditador”, referindo-se à viagem do presidente Lula nesta semana a quatro países africanos, começando por Burkina Faso. Como o senhor avalia esta questão?

Carlos Moore – No sentido do que efetivamente aconteceu, o que publicou esse jornal é exato. Há vinte anos, em 15 de outubro de 1987, houve um golpe de Estado em Burkina Faso, no qual o presidente Thomas Sankara – um grande homem, um africano nacionalista e importante pan-africanista – foi covardemente assassinado durante um golpe urdido e comandado pelo atual presidente de Burkina Faso, Blaise Compaore. Junto com Sankara morreram assassinados doze outros dirigentes nacionalistas.

Ìrohìn – Quais as razões desse golpe sangrento?

Carlos Moore – Tudo se resume ao fato de que Burkina Faso,

antiga colônia francesa conhecida como “Alto Volta”, escapou ao controle da França, em 1983, quando Sankara assumiu o poder e iniciou, com seus companheiros, uma verdadeira revolução social e política que eliminou rapidamente a corrupção, instaurou os direitos da mulher e implementou uma profunda reforma agrária. O novo governo revolucionário advogava a unificação de todo o continente num só país federal, propugnava o não-pagamento das dívidas injustas contraídas com o Ocidente, começando, com isso, a revolucionar a sociedade. Sankara se colocou, assim, na mira da França. Aí se encontram as razões: essa

turma que atualmente dirige Burkina Faso se encontra totalmente nas mãos do Ocidente, daquelas potências que têm atuado para o subdesenvolvimento e o atraso do continente africano, numa exploração incessante e sem misericórdia. O ano de 2007 marca, assim, o vigésimo aniversário dessa ação vil que não contribuiu em nada para o avanço do continente africano, senão para o seu atraso.

Ìrohìn – Sankara era um pan-africanista?

Carlos Moore – Certamente. Ele é amado em todo o continente, onde sua memória é venerada, como o é a de Patrice Lumumba. Como este, Sankara lutou para concretizar o projeto de unidade continental africana, proposta também defendida por lí-

deres como o presidente Kwame Nkrumah, de Gana; Amílcar Cabral, de Guiné-Bissau; e Steve Biko, da África do Sul. Ou seja, os grandes pan-africanistas lutaram pela unidade do continente africano e muitos foram mortos por seguir esse ideal. Sankara

é um deles e sempre ficará no coração dos africanos dignos como um representante dos melhores interesses da África.

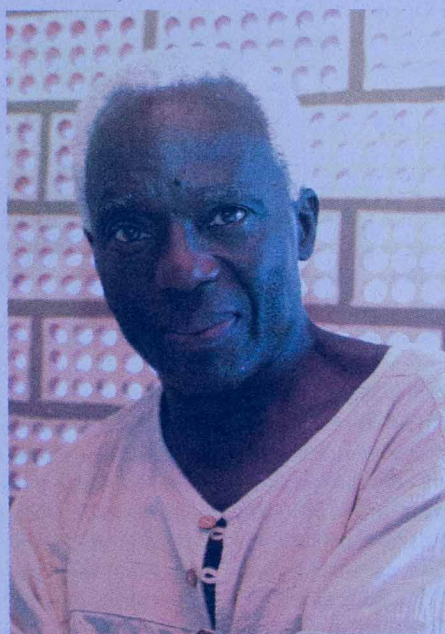
Ìrohìn – Como se explica que o presidente Lula tenha iniciado sua recente viagem à África por Burkina Faso, exatamente no dia aniversário do assassinato de Sankara pelo presidente atual?

Carlos Moore – A imprensa conservadora se utilizou dessa de-

cisão da diplomacia brasileira para deslegitimar toda a política de aproximação com o continente africano. Não há dúvida de que estamos diante de um fato que surpreende. Houve, efetivamente, uma decisão por parte da diplomacia brasileira que eu, pessoalmente, não compreendo. Não se trata de um erro, pois aqueles que tomaram essa decisão conheciam os fatos. Portanto, aqui há duas questões: uma decisão que considero infeliz e o aproveitamento dessa decisão por forças contrárias tanto ao avanço africano quanto ao avanço do Brasil como Nação multirracial. É isso que considero duplamente triste, pois acredito na sinceridade pró-africana de Lula. Os argumentos apresentados na matéria de vários jornais parecem compactuar com essas forças conservadoras.

Ìrohìn – O senhor pensa que o presidente Lula tinha todos os elementos à mão antes de aceitar o convite do presidente ditador de Burkina Faso?

Carlos Moore – O presidente Lula é alguém que respeito muito. Lula é um dirigente com um passado extraordinário, que se distinguiu sempre por ser um adversário de toda forma de ditadura. Ele sempre lutou contra as forças contrárias à democracia. Com efeito, não compreendi como o presidente Lula permitiu estar associado à figura desse ditador precisamente no dia aniversário de sua façanha assassina. Portanto, é muito triste ver aquele que efetivamente assassinou Sankara se utilizando desse momento para tentar enganar o resto do mundo, pois



Fotos: Iraildes Mascarenhas

a figura de Lula é internacionalmente respeitada. Para mim, como pan-africanista, foi um momento de tristeza pessoal e constrangimento político.

Ìrohìn – Como se explica que os assessores do presidente não atentaram para o fato de esse não ser o momento mais propício para ir àquele país, em especial nesta data?

Carlos Moore – Eu compreendo que os Estados têm sua própria lógica, a chamada “razão de Estado”. Trata-se de uma lógica diferente da que orienta as ações da militância política. Mas aqui está nítido que havia uma operação orquestrada pelo Estado neocolonial de Burkina Faso, dirigido pelo presidente Blaise Campoare, para fazer coincidir a visita de um grande e respeitado dirigente do Terceiro Mundo com o aniversário da tomada de poder mediante o assassinato de Sankara, evento que tem sido reprovado por todos os africanos nacionalistas e que se respeitam.

Ìrohìn – Qual é a sua avaliação do presidente Blaise Campaoré?

Carlos Moore – Eu não tenho o menor respeito por esse dirigente, que se mantém no poder mediante sucessivas fraudes eleitorais, graças à intimidação de seus oponentes políticos e ao exercício do terror contra a população. Considero-o como

um dos homens mais vis e, precisamente, um dos dirigentes menos capazes do continente africano. Não irei me estender mais sobre sua pessoa, pois não acho que mereça toda essa atenção.

Ìrohìn – Em que perspectiva o senhor coloca as relações entre o Brasil e a África?

Carlos Moore – Não podemos esquecer que se trata, fundamentalmente, de um continente enfraquecido, dominado pelo exterior e prostrado diante dos grandes interesses mundiais, após vários séculos de golpes duros, assaltos imperiais, intensos tráficos de escravizados e a conquista de todo o território continental pela Europa ocidental. A isso se agrega um processo de independência, a partir de 1957, já minado pelas relações neocolonialistas: a maioria esmagadora de líderes que chegaram ao poder já estava corrompida e entregue aos interesses hegemônicos mundiais. Tratava-se de elites coniventes com os interesses imperialistas e hegemônicos da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e do Japão. E, ultimamente, essas elites se mostram também coniventes com as ambições hegemônicas e neo-imperiais de grandes potências emergentes como a China. É nesse contexto global que se insere a relação Brasil-África que se inicia perante nós.

Ìrohìn – Quanto ao futuro da relação Brasil-África, sua avaliação é otimista ou pessimista?

Carlos Moore – Nem uma coisa, nem outra. Essa relação será o resultado dos encaminhamentos dados às condições concretas que a presidem e do que as sociedades civis africanas e brasileiras permitirão que seja. Entre países, as relações ou traduzem a interação de estruturas que se encaixam de maneira harmônica porque se equilibram – são, portanto, simétricas –, ou se encaixam de maneira desarmoniosa, porque são assimétricas. As relações políticas, econômicas ou militares obedecem a jo-

gos de interesses, e não a embates sentimentais. Os interesses concretos, não a emoção, comandam o político e o econômico.

Ìrohìn – Quais são essas condições concretas a que o senhor se refere?

Carlos Moore – São muitos os elementos e bastante variados, mas se devemos resumir, eu diria que são os seguintes: a) uma sociedade civil africana enfraquecida, desarticulada, reprimida e com pouco poder de pressão sobre seus governantes, os quais são, em sua maioria, despóticos, corruptos, coniventes com os interesses exploradores do exterior, profundamente alienados culturalmente e atentos apenas a seus espúrios interesses

materiais; b) um contexto internacional definido pela supremacia dos interesses de um punhado de nações imperialistas – médias, grandes e superpotências – que coíbem as fabulosas riquezas minerais e materiais estratégicas do subsolo africano; c) uma indústria pujante no Brasil, em busca de campos de investimento e lucro, correspondente a uma economia em expansão digna de países altamente tecnológicos e perfeitamente industrializados, apesar do fato de o Brasil pertencer ao chamado Terceiro Mundo. Somado a isso há um outro fator, de natureza ideológica: a existência no Brasil, fruto de um passado fartamente conhecido, de um desprezo profundo para com o continente africano, seus descendentes e sua história. Ou seja, de modo geral, as elites dominantes do Brasil, profundamente eurocêntricas e europeizadas, admiradoras dos métodos norte-americanos e das normas e padrões euro-ocidentais, não consideram a África como parceiro a se respeitar, mas como o “Continente Negro” provedor de escravos, digno de ser explorado e humilhado. Essas elites têm em suas mãos praticamente todos os meios de comunicação e, assim, podem forjar – e forjam – todas as imagens distorcidas sobre o continente afri-

cano. Por sua vez, esse monopólio sobre a mídia poderá permitir que a opinião pública e a própria sociedade civil brasileira se mostrem omissas e até coniventes com a exploração desse continente. É aí onde reside o perigo: que, pouco a pouco, a opinião brasileira seja manipulada num sentido contrário a uma empatia e um sentimento de solidariedade com o continente ancestral da maioria da população do país.

Ìrohìn – Somando a dimensão política e os aspectos propriamente econômicos, o que dizer sobre a investida do governo brasileiro em países africanos como Burkina Faso, Angola, Congo e África do Sul?

Carlos Moore – Sabemos que um chefe de Estado deve defender os interesses de todos os seus concidadãos. Os interesses econômicos do país são pontos-chave a ser protegidos pelo chefe de Estado. Na medida em que esses interesses são representados pelos setores que marcam a presença do país no cenário internacional – em especial a indústria e o comércio –, é lógico que o presidente do Brasil trate de abrir novos caminhos para os investimentos das empresas, das companhias nacionais e multinacionais de seu país, como qualquer outro chefe de Estado o



faria. Isso é algo que está previsto na lógica do poder de um chefe de Estado. Nisso não há mistério algum. Por outro lado, o continente africano é objeto da cobiça internacional por causa da extraordinária riqueza mineral existente em seu subsolo. Dos 48 minerais considerados estratégicos pelo mundo industrial de alta tecnologia, a África monopoliza não menos que 38. Não é por acaso que a África tem sido chamada de "escândalo geológico". É por esse motivo que a África figura como alvo privilegiado das potências mundiais e o será ainda mais neste século. Nesse momento, a China põe em curso uma das maiores operações dirigidas aos 53 países africanos. A China está interessada na exploração e na aquisição desses materiais estratégicos. E não somente ela, mas o Japão, a Coreia do Sul, a Índia, a Turquia, o Irã; ou seja, todas as potências emergentes. O campo daqueles países que se interessam pela África, antes restrito às grandes potências européias, agora se ampliou. Já não se trata apenas das antigas potências colônias, como França, Itália, Espanha, Portugal, Inglaterra, mas ainda da Alemanha, da Rússia e até da Polônia. Todos esses países estão interessados na África. É dentro desse jogo de interesses que se situa o Brasil, país que também busca ser uma potência no século XXI. Logicamente isso representa riscos para o continente africano, mas também poderá comportar elementos positivos para esses países.

Irohìn – O que predomina na investida do Brasil no continente africano, a sensibilidade política ou os interesses puramente econômicos?

Carlos Moore – Para mim não há dúvidas de que são os interesses econômicos os que primam, embora seja possível admitir como sincera a simpatia expressa pelo chefe de Estado do Brasil para com esse continente. Não duvido da sinceridade do presidente Lula, mas também não duvido que sejam os interesses concretos do Brasil que comandam a sua política internacional, a qual está fundamentada em interesses econômicos e comerciais. Ora, esses interesses se exprimem

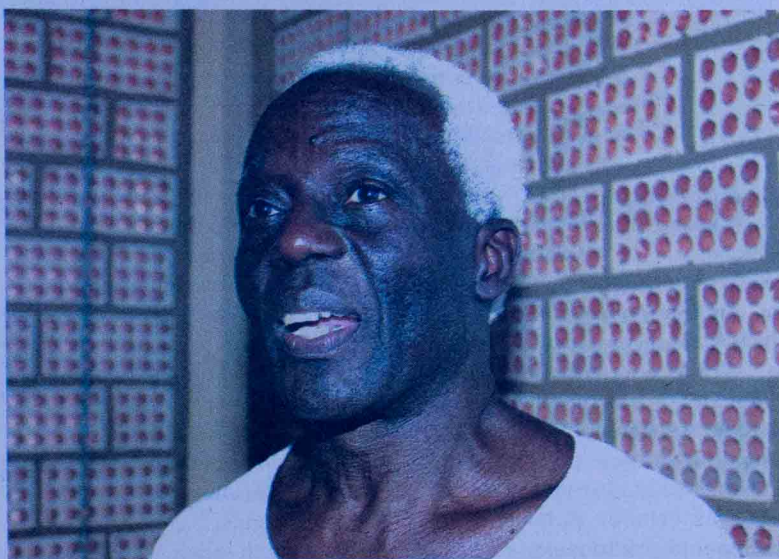
num contexto internacional bem definido: a supremacia planetária dos Estados Unidos e, como resposta a essa hegemonia unilateral, a emergência de novos pólos de poder no mundo. O Brasil, nona ou décima economia mundial, é um desses possíveis pólos que aspiram ao status de grande potência.

Irohìn – Apesar da nova aproximação entre o Brasil e os países da África, pode-se afirmar que testemunhamos ainda uma relação entre "desiguais"?

Carlos Moore – Não se pode pretender que exista equilíbrio entre o Brasil, país unificado, forte e nona economia do planeta, e um continente mesmo que tão gigantesco quanto a África, mas fragmentado em 53 países paupérrimos e

lado em nível federal. O Brasil é um país forte, pujante, tecnologicado, cuja economia e indústria estão impulsionadas pelas multinacionais locais. Estas avançam agora pelo mundo em busca de lucro, de matérias-primas e expansão comercial. Os 53 países africanos, em vez disso, são majoritariamente exportadores de produtos brutos de extração, como petróleo, ouro, diamante, tungstênio, urânio e cobre. Os exércitos africanos servem unicamente para exercer a repressão contra seus povos, ou para montar golpes de Estado, e não para a defesa dos países africanos contra qualquer ameaça externa.

Irohìn – O que deve, então, ser superado para possibilitar o estabelecimento de uma relação justa e



enfraquecidos politicamente. O peso internacional do Brasil excede ao peso de todos os países da África Central, por exemplo. Essa é a realidade. A própria mídia brasileira tem enfatizado, nesses últimos dias, o desequilíbrio entre o Brasil e os países da África e sublinhado, não sem uma ironia perversa, que o orçamento de Burkina Faso, país de cerca de 15 milhões de habitantes, representa somente 10% do orçamento de uma única multinacional brasileira: a Petrobrás! O Brasil é um país-continente unificado federalmente, forte, atuante no plano internacional e capaz de defender suas fronteiras se essas se virem ameaçadas. A África é tudo ao contrário disso: não há nem sequer um projeto concreto de governo articu-

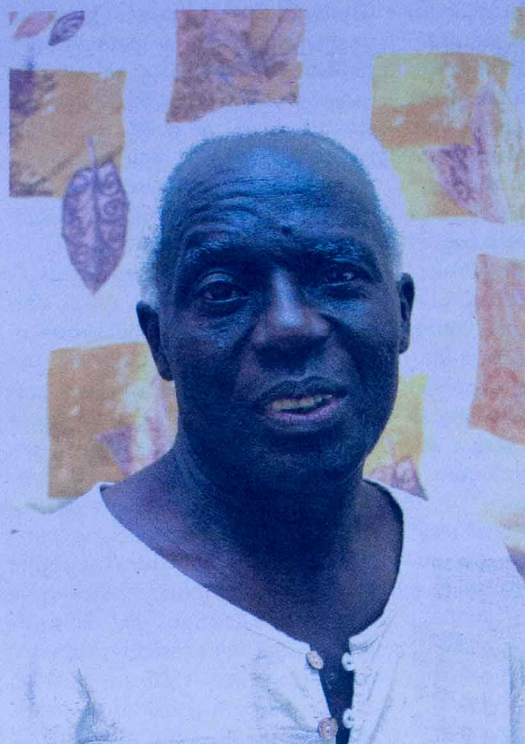
eqüitativa entre essas partes?

Carlos Moore – São vários os obstáculos em ambas as partes a serem superados para o estabelecimento de uma relação de igual para igual entre Brasil e África. Os próprios dirigentes africanos, em sua maioria, constituem-se em grandes entraves. De modo geral, boa parte desses governantes não busca estabelecer esse tipo de relação eqüitativa com o resto do mundo. Lembre-se de que a maioria deles chegou ao poder não por representar os melhores interesses de seus países, mas porque foram colocados lá pelas potências imperialistas ocidentais e para defender os interesses dessas. É por aí que temos que começar. Iniciado com a independência de Gana, em 1957, e da

Guiné, no ano seguinte, o processo de descolonização se expandiu por praticamente todos os países africanos a partir de 1960. Como resultado, levou ao poder verdadeiros dirigentes nacionalistas, poderosos pensadores, grandes homens de Estado que pensavam em nível do continente e queriam a integração do continente. Esses líderes almejavam que a África deixasse de ser fragmentada, que se tornasse uma África federativa, com um governo central e forças armadas únicas, com um parlamento e uma nacionalidade única. Entre esses dirigentes clarividentes que pensaram essa África, estavam os presidentes Kwame Nkrumah, de Gana; Sékou Touré, de Guiné; Modibo Keita, do Mali; Alphonse Massamba-Débat, do Congo-Brazzaville; bem como o primeiro-ministro do Congo Patrice Lumumba; e o presidente Julius Nyerere, da Tanzânia. Esses grandes líderes foram seguidos por outros não menos importantes como Amílcar Cabral, de Guiné-Bissau; o próprio Steve Biko e Nelson Mandela, da África do Sul, e Thomas Sankara, de Burkina Faso. Estavam fundamentados num conceito de África radicalmente diferente do utilizado pelos dirigentes neocoloniais de hoje.

Irohìn – O que aconteceu com esses dirigentes nacionalistas?

Carlos Moore – Esses dirigentes clarividentes, que chegaram ao poder com o processo de descolonização e lutaram pela independência da África, foram derrubados com sangrentos golpes de Estado ou assassinados, a exemplo de Lumumba, Cabral, Muritala Muhammed, da Nigéria, e ainda Eduardo Mondlane, de Moçambique. Em um período de menos de trinta anos, não menos que 38 importantíssimos dirigentes africanos foram assassinados em circunstâncias que, na maioria dos casos, ainda não foram elucidadas. Ou seja, essas lideranças desapareceram seja pela via dos golpes de Estado, seja pela via dos assassinatos. A África nacionalista e pan-africana foi decapitada! Isso forma parte da explicação de porque a África está na atual situação de subdesenvolvimento terrível. Seus grandes



líderes e pensadores foram dizimados. E quem tomou o poder em seus lugares? Observe a longevidade dos atuais governos e você verá que aqueles que estão no poder chegaram lá ou colocados pelos países do Ocidente ou urdindo sangrentos golpes de Estado em favor do Ocidente, em muitos dos casos matando aqueles que se opunham à exploração da África e que tinham grandes e inovadoras idéias sobre como emancipar e federar o continente. Então, eu diria que um dos grandes obstáculos para que o continente africano estabeleça uma relação em pé de igualdade com o resto do mundo são esses próprios dirigentes africanos. Em sua imensa maioria, as atuais elites africanas são, nesse sentido, um importante fator de subdesenvolvimento do continente africano.

Ìróhìn - Por que exatamente?

Carlos Moore - A maioria das elites africanas de hoje trabalha para manter a velha troca desigual, iniciada antes mesmo dos séculos XV-XVI, porque essa situação as beneficia. Há séculos atrás, isso correspondia ao envio de mão-de-obra africana escravizada para os grandes centros imperiais da época: primeiro o Oriente Médio e depois a Europa. Há toda uma história dessa troca desigual com os pa-

íses africanos que se instaura a partir do momento em que o império árabe, nascido no século VIII, se tornou dominante no mundo. Quando esse império, que durou mais de oitocentos anos, cai e começa a emergir o império europeu ocidental, a mesma relação assimétrica se manteve. Ainda hoje ela está de pé e favorecendo os interesses das elites africanas. É chocante dizer isso, e ainda mais aceitá-lo, mas essa é a realidade. Assim, essas elites são uma importante peça na trama da manutenção dos nexos colonialistas de ontem e dos possíveis nexos

neo-colonialistas e neo-imperialistas de amanhã.

Ìróhìn - Ainda pensando sobre os obstáculos, o que dizer sobre o contexto brasileiro?

Carlos Moore - No Brasil, as coisas acontecem de outra maneira. Aqui as elites dominantes são poderosas e defendem bem seus interesses nacionais. Entre essas elites, há setores que cobiçam as matérias-primas africanas. São interesses criados pelas grandes companhias multinacionais brasileiras que já têm força suficiente para intervir fora das fronteiras deste país. Atualmente, as empresas brasileiras estão investindo bastante em vários países latino-americanos e fazem um grande esforço para estabelecer relações com o resto do mundo. Isso é parte de toda uma trama do mundo capitalista atual. Portanto, essa tentativa brasileira de se implantar na África não é nada anormal; ela faz parte da dinâmica preponderante no planeta, dominada pela economia liberal.

Ìróhìn - Mas há pouco o senhor se referiu a existência de forças conservadoras que atuam no Brasil. Como classificá-las?

Carlos Moore - É preciso apontar para o fato de que o Brasil dispõe de um sistema muito

complexo pelo fato de ser um conjunto nacional muito parcelado. Tanto os interesses econômicos quanto os políticos são fragmentados. Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste correspondem a realidades socioeconômicas e históricas diversas, muitas vezes divergentes. Aqui neste país não há forças conservadoras simplesmente homogêneas, senão que existem vários setores de conservadorismo. De igual maneira, há diferentes forças progressistas neste país. Trata-se, justamente, de um quadro bastante complexo. Aqui há forças conservadoras agindo em sentidos diferentes. Por exemplo, há grupos que se opõem aos laços com a África, embora isso beneficie o Brasil e as empresas brasileiras. Assim, a política africana, que o governo Lula tenta estabelecer com o apoio de um conjunto de empresas brasileiras, representa os interesses de grupos com uma visão bem melhor definida acerca dos interesses nacionais, do que aqueles setores mais retrógrados, que demonstram uma total falta de interesse pelas relações com os países africanos.

Ìróhìn - Esses laços beneficiariam a quem, fundamentalmente?

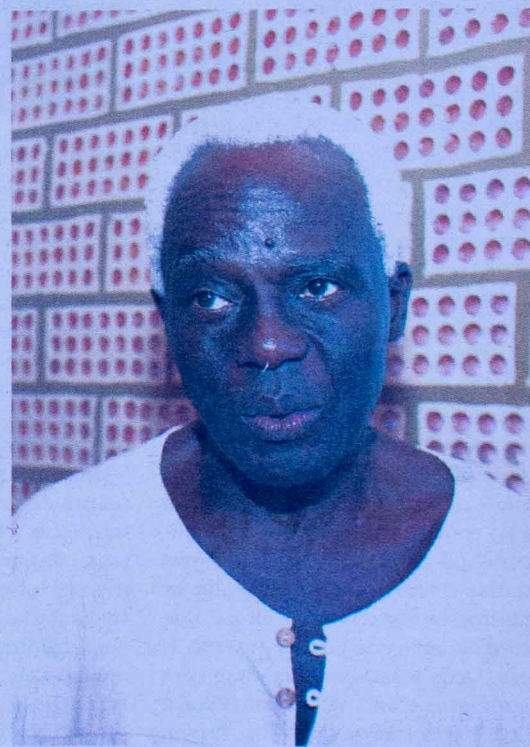
Carlos Moore - De fato, nesta altura, eu não sei até que ponto esses laços atuais favorecem os povos africanos. O certo é que, pelo momento, esses laços vão beneficiar as elites africanas, por uma parte, e, sobretudo, a economia e as empresas brasileiras. Apesar disso, há forças conservadoras que não querem o estabelecimento desses laços com a África. Essas forças conservadoras - não apenas no Brasil, mas em todo o continente americano - são tradicionalmente negrofóbicas; herdaram da história um ódio e um desprezo para com o continente africano que as cega ao ponto de se opor ao desenvolvimento de relações eco-

nômicas entre suas empresas nacionais e os países africanos, embora essas relações - repito - favoreçam às suas próprias economias.

Ìróhìn - Então o senhor acha que essas relações serão inevitavelmente neocoloniais?

Carlos Moore - Nas condições que acabo de descrever, seria um milagre se isso não acontecesse; e eu não acredito em milagres. Para mim, é evidente que todas as condições estão dadas para que a relação Brasil-África não seja diferente das relações que o resto das nações poderosas do mundo tem estabelecido e mantido com esse continente. Todas as condições estão dadas para que as relações Brasil-África evoluam na direção de relações neocoloniais, com o Brasil assumindo, pouco a pouco, o papel cada vez mais acentuado de uma potência hegemônica, mas com cara "simpática". Até porque o atual cenário de um mandatário simpático para com os verdadeiros interesses africanos pode não se estender além do mandato do presidente Lula. Tudo vai depender da convivência ou não da própria sociedade civil brasileira na situação que nos interessa.

Ìróhìn - Essas relações estão condenadas a evoluir negativamente?



te. É isso?

Carlos Moore – As relações neocolônias surgem sempre de profundos desequilíbrios estruturais entre nações. Sobre essas relações vêm incidir, logo após, as elaborações ideológicas, que garantem a hegemonia do parceiro mais forte sobre o outro que se vê cada vez mais subalternizado na relação desigual. Como eu disse, no que diz respeito ao Brasil, o fator ideológico se dá na existência de uma superestrutura nacional negrofóbica e antiafricana, legado da escravidão. No Brasil, indiscutivelmente, mesmo diante de insistentes negações, existe um forte racismo estrutural e sistêmico, o qual está profundamente enraizado no imaginário social. Esses são fatores graves que não podem ser esquecidos, nem minimizados, quando se fala da África. Para se ter a medida disso, só é necessário observar como a mídia brasileira trata cotidianamente os problemas que atingem o continente africano: com um extremo grau de desprezo, insensibilidade e desrespeito, promovendo mentiras, meias-verdades e omitindo os fatos que, facilmente, poderiam explicar até os maiores horrores protagonizados nesse continente pelas suas elites neocoloniais e corruptas. Não há simpatia ou empatia nas reportagens para com os povos africanos, senão a vontade de apresentar o "Continente Negro" como algo bestial, um buraco escuro e sujo, primitivo, bárbaro, ameaçador! Ou seja, a África é apresentada na mídia nos mesmos termos que são apresentadas as favelas das grandes cidades brasileiras.

Irohìn – Então, o senhor acha que um dia também possa surgir um imperialismo brasileiro?

Carlos Moore – A experiência histórica nos demonstra que qualquer nação poderosa, a despeito de seu perfil inicialmente democrático, pode se converter numa nação hegemônica, dominadora e abusiva em relação aos países mais fracos. Esse é o caso, especialmente, quando os interesses nacionais estão atrelados aos interesses econômicos e financeiros das grandes empresas nacionais de porte multinacional. Nesse sentido, o Brasil pode, sim, eventualmente, se converter num

subimperialismo ou imperialismo no século XXI. Não existe imunidade natural contra a arrogância nacional, o chauvinismo nacional ou o racismo nacional. Não há antídoto algum que garanta que uma nação poderosa não se converta numa nação imperialista. Os exemplos dos Estados Unidos e de Israel mostram-nos a veracidade dessa ponderação. Pelo contrário, temos de ficar muito atentos e muito lúcidos. A lucidez política, a atenção meticulosa à evolução das relações com os países africanos, exige a vigilância constante da sociedade civil. Não vejo outra maneira para garantir que essas relações se mantenham dentro de um perímetro ético mínima-



mente aceitável.

Irohìn – Pensando na edificação de relações mais equitativas, qual o papel a ser desempenhado pela sociedade civil e, em particular, pelos movimentos sociais neste momento?

Carlos Moore – A sociedade civil tem, de maneira permanente, uma parte de responsabilidade na direção em que se orienta a condução da política exterior dos países. Está incumbida de assumir ou não essa responsabilidade. Eu acredito que, no caso que nos interessa, é justamente a sociedade civil que deve ser o contrapeso à ação e aos interesses das grandes empresas. É óbvio que o objetivo das empresas é o lucro e que tendem, fatalmente, a participar na espoliação do continente africano. Isso está de acor-

do com a lógica do capitalismo mundial. Há um setor de ponta na economia brasileira, tecnologicamente avançado, que não deixa nada a desejar aos outros países. Está claro que esse setor está interessado em ter acesso às matérias-primas e ao mercado africano. Neste momento, a África representa um mercado crescente, onde os produtos manufaturados do Brasil vão encontrar um excelente espaço de escoamento. Assim, como as companhias chinesas, japonesas, iranianas e indianas, as brasileiras também estão interessadas em explorar e ampliar esse espaço. Essas companhias não vão priorizar o impedimento de métodos injustos de exploração dos atri-

canos. Eu penso que isso não vai ser um ponto decisivo na atuação dessas companhias. Mesmo porque não têm sido a realidade aplicada pelos outros Estados que estão atuando na África atualmente. Os próprios chineses não estão nem um pouco preocupados em saber se os trabalhadores empregados nos países africanos estão protegidos sindicalmente ou não. Eles estão simplesmente interessados em dispor de uma força de trabalho mais barata de se apropriar dos recursos do continente pagando o menos possível por eles.

Irohìn – Qual o papel da sociedade civil brasileira em tudo isso?

Carlos Moore – A resposta se encontra no reforço imediato da capacidade de intervenção demo-

crática tanto da sociedade civil brasileira quanto da africana. As forças democráticas dentro do Brasil, sejam negros ou brancos, devem se coligar para se constituir em um fator de contrapeso político. Caso não seja assim, corre-se o risco de que a história se repita e que da imagem de um país "simpático, alegre, sambista e futebolista", o Brasil vire, para a África, uma simples nova potência neocolonial. As multinacionais brasileiras terão de ser levadas a compreender que é de seu interesse, a longo prazo, contribuir para o bem-estar dos povos africanos, ao tempo que acumulam lucros nesse continente. E, também, terão de ser levadas a compreender que não é sustentável lucrar na África e ignorar a pobreza endêmica da África doméstica do Brasil. As interconexões entre essas duas realidades, embora não sejam tão visíveis agora, tenderão a aumentar no futuro próximo e haverá que ajudar as empresas multinacionais brasileiras a compreendê-las rapidamente. Ou seja, há que ajudar a avançar a causa da federalização da África, por uma parte, e ajudar a reduzir as desigualdades sociorraciais no Brasil, por outra. As multinacionais brasileiras podem contribuir positivamente em ambos os sentidos, o que contribuiria para simetrizar a relação com a África, ao tempo em que criaria um ambiente de confraternização democrática dentro do Brasil.

Irohìn – E quais são as possibilidades reais de a sociedade civil fazer frente a isso?

Carlos Moore – A sociedade civil terá de descobrir o modo de intervenção para ter um peso na política internacional do Brasil, pelo menos no que diz respeito à África. Vimos como a população negra dos Estados Unidos se organizou para constituir verdadeiros lobbies que forçaram o governo americano a recuar na África do Sul. Os Estados Unidos eram absolutamente favoráveis ao regime do apartheid, bem como apoiavam militar, econômica e politicamente todos os governos de segregação que se ins-

taram nesse país. Foi só a partir da mobilização e da ação da sociedade civil que isso começou a se modificar. Foi o pastor Leon Sullivan o primeiro a propor a política pelo fim de investimento na África do Sul, a qual ficou conhecida como "O Princípio Sullivan". A partir daí, constituíram-se vários lobbies de negros americanos, dirigidos pela entidade Trans-Africa, que pressionaram o governo e ameaçaram as empresas multinacionais americanas de boicote caso continuassem a investir na África do Sul. Esse é um bom exemplo de intervenção eficaz e positiva da sociedade civil da diáspora para salvaguar-

dar os interesses da sociedade civil africana. Ainda hoje a sociedade civil africana está bastante enfraquecida. Há, portanto, que ajudá-la a crescer e se fortalecer. Os movimentos sociais africanos têm sido tão reprimidos pelas ditaduras de seus países que é somente nos últimos quinze anos que começa a haver uma reorganização da sociedade civil, de modo a essa ter uma vida independente. Há que ajudar e incentivar esse processo de ressurgimento da sociedade civil africana.

Ìrohìn – Quais as medidas concretas que o senhor sugeriria?

Carlos Moore – Em primeiro lugar, eu sugeriria que a sociedade civil constituísse um órgão incumbido especificamente de acompanhar e monitorar as relações Brasil-África. Isso se converte cada vez mais numa necessidade imperiosa. Em segundo lugar, a sociedade civil, através desse órgão, deve definir um código ético e político que deverá ser aplicado nas ações de monitoramento e pressão sobre as empresas brasileiras atuantes no continente africano. Esse código, que deverá ser discutido com as próprias empresas e com os órgãos de política exterior do Estado, deve ir ao encontro dos anseios da sociedade civil africana. Até agora ninguém tem exigido isso: que o Estado e as empresas multinacionais brasileiras

se subscrevam a um código de conduta nos países africanos, de modo a explicitar o que farão e o que não farão ao tempo em que buscam seus espaços de lucro lá. A meu ver, essas são algumas das condições para que o engajamento político e econômico brasileiro na África não caia na espiral do neoimperialismo, como já está acontecendo com as relações da China com os países desse continente.

Ìrohìn – Quais os fatores que poderiam influenciar numa evolução positiva no caso do Brasil, contrariamente ao que acontece com a China?

Carlos Moore – Ao contrário da China, da Índia, da Europa ou do Japão, a maioria da população brasileira tem suas origens no continente africano. Precisamente por isso, eu penso que é o dever do movimento social e da sociedade civil brasileira zelar para que a intervenção econômica do Brasil naquele continente leve em consideração os interesses das sociedades civis africanas e dos povos por elas representados, os quais não estão sendo defendidos nem mesmo pelos governos africanos na sua maioria. Esse é um dos grandes deveres da sociedade civil brasileira, bem como de todas as forças democráticas desse país: defender os interesses da sociedade civil africana. Todas as forças democráti-

cas brasileiras devem reconhecer que a África foi almejada e esmagada historicamente, e que, portanto, não é possível que o Brasil siga contribuindo, como fez no passado escravista, para a regressão desse continente. É responsabilidade da sociedade civil democrática zelar para que a intervenção econômica do Brasil na África seja, senão benéfica para os povos africanos, pelo menos não catastrófica ou absolutamente negativa. Há que impedir que surjam relações neocolonialistas entre o Brasil e o continente africano.

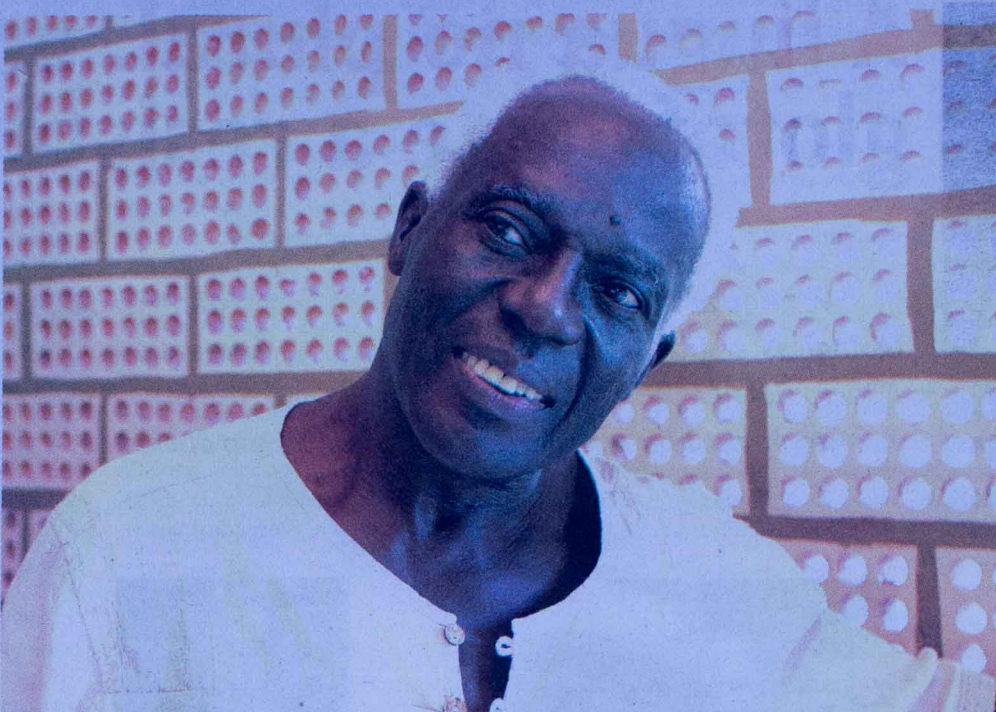
Ìrohìn – Em poucas palavras, como o senhor definiria uma relação entre o Brasil e a África baseada na cooperação?

Carlos Moore – De maneira sucinta, eu diria que um terreno sólido, saudável e mutuamente proveitoso para se firmar uma cooperação entre o Brasil e o continente africano pode ser estabelecido mediante a definição das bases políticas e econômicas para uma parceria estratégica África-Brasil no século XXI. Trata-se de uma questão de vontade política por ambas as partes. Concretamente, o Brasil pode ajudar o continente africano a superar seus problemas crônicos através da concretização de um processo que conduza à unidade federal continental africana, coisa que o Brasil já tem feito consigo mesmo. Nessa

ótica, o Brasil pode chegar, até mesmo, a se constituir na maior influência externa que empurre o continente africano à sua federalização imediata. Tal processo seria proveitoso para este Brasil que emerge como grande potência e precisa de aliados fortes para se defender. Por sua vez, a África, como um todo, pode ajudar o Brasil a resolver seu maior dilema interno: o problema sociorracial. A África pode ajudar este país a operar uma transição tranqüila para uma verdadeira democracia multirracial mediante o empoderamento político, econômico e social da maioria populacional brasileira, que é de ascendência africana. Isso é, de todos modos, inevitável historicamente. A

África, também, precisa de um Brasil forte como aliado para se defender da legendaria cobiça das grandes potências externas por seus recursos naturais. Assim, há lugar para uma parceria estratégica sã entre o Brasil e o continente africano em torno da definição de uma agenda comum de longo prazo visando à eliminação dos grandes desequilíbrios internos e internacionais que se constituem, tanto para o Brasil quanto para a África, em perigosos fatores de ruptura e de conflitos violentos. Juntos, o Brasil e a África continental federalizada podem definir os termos de uma grande aliança para o futuro. Ao fazerem isso, o Brasil e uma futura África federalizada poderão constituir o centro de um novo bloco estratégico de países do Atlântico Sul. Tudo giraria em torno da elaboração de um grande projeto em nome da democratização simultânea e concatenada do âmbito internacional e do universo doméstico das nações que compõem a comunidade internacional. Essa seria a maior contribuição para a estabilização e a democratização da ordem internacional no século XXI, no sentido de uma descentralização multipolar que beneficie o planeta, apague as guerras e contribua para a felicidade dos povos.

***Jornalista, mestra em História (UnB).**





A língua no plural: entre a glotofagia e a resistência

América César*

Uma vez que as teorias e crenças sobre a língua não estão dissociados das condições ideológicas, políticas e lingüísticas em que se formam, torna-se evidente que é preciso um esforço crítico rigoroso para delinear o que está ocorrendo nas escolas brasileiras, cujo sofrimento e descontentamento de estudantes, pais, mães e mestres são óbvios e gritantes.

Aparentemente já avançamos muito no tratamento acadêmico da diversidade lingüística e sociocultural que faz do Brasil um território multilíngüe e multiétnico. Inúmeros estudos etnográficos já se ocuparam da nossa diversidade, baseados no fundamento antropológico de legitimidade de todas as culturas humanas, segundo o qual não há língua ou cultura mais ou menos complexa, mais ou menos eficaz, bela ou precisa.

Além disso, documentos oficiais hoje já são profícuos em afirmar a diversidade como um dos princípios articuladores do currículo das escolas públicas brasileiras.

No entanto, se não é mais possível ignorar a diversidade que caracteriza o país, como têm sido recebidos, entendidos aqueles que chegam à escola falando uma outra língua materna que não o português? Ou ainda, aqueles que têm o português como língua materna, mas não dominam a tal da "norma culta", adotada, como algo simples e consensual, a língua da escola? Dizendo de outro modo, como tem sido acolhida, nas escolas, a diferença constitutiva da chamada "sociedade brasileira"?

É evidente que políticas de educação que venham a incorporar a diversidade são formuladas a partir de relações de força, no interior de instituições, cujo eixo encontra-se, por um lado, ancorado num Estado-nação homogeneizador, motor de desigualdades sociais; e, por outro, nos deslocamentos provocados pelos movimentos sociais na conquista de direitos e autonomia política. Consequentemente, os significados pos-

síveis de *diversidade, língua, cultura, nação* são construídos e compreendidos a partir da correlação de forças que envolvem negociação, conflito e contradição.

Estudiosos de povos indígenas latino-americanos, Muñoz e Lewin¹ ressaltam a especificidade da questão da diversidade no Brasil, afirmando que, diferentemente dos outros países da América Latina, aqui a diversidade se expressa não só no seu panorama sociolingüístico, mas também na demografia crescente dos povos indígenas e no movimento por autonomia política que esses povos empreendem, nas últimas décadas, responsável por conquistas significativas no que diz respeito a direitos fundamentais, como o direito à terra e à educação diferenciada. São esses autores, também, que, analisando o atual estágio das teorias sobre a diversidade cujo foco recai sobre os povos minoritários na América Latina, asseveram que a falta de um conceito adequado de língua reduz o significado dos resultados empíricos das pesquisas e estudos nessa área.

Com efeito, a maioria dos estudos da nossa diversidade assenta-se num determinado conceito de língua, provindo de uma tradição de estudos que ignora a trajetória já empreendida no sentido da compreensão entre linguagem, história e poder ou entre linguagem e construção das identidades, principalmente quando se trata de identidades no seu sentido diaspórico, cambiante.

Um balanço, ainda que ligeiro, da trajetória dos estudos no campo da sociolingüística e da an-

tropologia vai nos mostrar que esses estudos ainda se pautam por um entendimento da identidade dos falantes como algo fixo, essencialista, assim como a língua apresenta-se como "sistema", "gramática", ou então, de forma metafísica, como a "alma" das nações.

Uma vez que as teorias e crenças sobre a língua não estão dissociados das condições ideológicas, políticas e lingüísticas em que se formam, torna-se evidente que é preciso um esforço crítico rigoroso para delinear o que está ocorrendo nas escolas brasileiras, cujo sofrimento e descontentamento de estudantes, pais, mães e mestres são óbvios e gritantes.

Do mesmo modo, é preciso uma mirada mais contundente no que se produz ou como se produz no interior das academias brasileiras. Os estudos recentes que se debruçam sobre língua e cultura na escola ainda não se traduzem em mudanças efetivas quando se trata de enfrentar o que Calvet (1978) chama **glotofagia**, ou empreendimento do etnocentrismo que, através de mitos como o da superioridade da língua escrita e da cultura e ciência dominantes, carrega em germe o racismo, a justificação da exclusão e apagamento sociocultural.

Assim sob o manto de uma pretensa "língua" no singular, que na maioria das vezes serve a propósitos uniformizadores, abafa-se a compreensão das inúmeras e polímorfas trocas, conflitos e contatos lingüísticos e interétnicos, enfim, reduz-se a um recorte estereotipado o complexo mosaico da re-

sistência lingüística e cultural empreendida pelos povos nativos e pelos africanos desterrados desde o início da colonização até as salas de aula das escolas brasileiras hoje em dia.

A representação social da língua refere-se na maioria das vezes à norma prestigiada, calcada no padrão escrito. Esse, por diversas circunstâncias sócio-históricas, encontra-se distante das variedades vernáculos faladas no seio das comunidades de origem dos estudantes. Afirma-se a necessidade de se dominar a "língua prestigiada" como fator de inclusão, mas não se questiona o que significa justamente essa formulação da política lingüística escolar.

Como consequência, os usos vernáculos não encontram lugar como objeto de estudo na escola. Aparecem, na maioria dos casos, e na melhor das hipóteses, como supostos usos de uma língua que todos já sabem, que não é preciso estudar ou documentar. Em última análise resulta em apagamento de uma realidade lingüística que nem sequer tem nome, ou se nomeada, aparece como "português errado", como uma variedade a ser desaprendida em nome de uma suposta norma, cujo domínio possibilitaria aos seus falantes senão acessar às portas do paraíso, via ascensão social, quando menos não ser discriminado por seu desempenho lingüístico.

Porque sem lugar ou nomeação na escola, essa diversidade de usos passa a não existir, ou quando muito a existir como variedades periféricas em relação ao que é central no fazer pedagógico. Imagina-

riamente, sob o manto de uma certa "língua portuguesa", subsumem-se realidades culturais, políticas, sociais, étnicas distintas. Por mais que o discurso da diversidade dessa língua seja reforçado, quando colocada no singular - "a língua portuguesa" - ainda que se falem em subnormas, variedades-, o que se apresenta é uma realidade, reificada e reificadora, em torno de um determinado imaginário que contribui para alimentar a glotofagia, o silenciamento, o racis-

mo de que nos fala Calvet..

Por isso, faz-se necessário repensar o arcabouço teórico com que trabalhamos para tentar atravessar o fosso entre os "construtos teóricos", as raízes sócio-culturais dos fenômenos lingüísticos e os seus sujeitos concretos. A complexidade da construção identitária, mesmo entre os representantes de uma pequena comunidade como a da aldeia ou de um quilombo, se faz na tensão entre a conservação e valorização do seu patrimônio tradi-

cional, vivo na memória e na vida cotidiana, e as interlocuções com o mundo de fora que os quer fluentes no contato com as línguas alheias. Por isso, ainda se faz necessário um exercício crítico radical no sentido de (re) conhecer os nossos usos lingüísticos, teorizá-los e nomeá-los, recusando-se as teorias e taxonomias impostas por padrões hegemônicos que não servem aos nossos projetos de valorização étnico-racial e afirmação política. Sobre isso, espero continuar discutindo no

próximo número do Ìrohìn.

***Doutora em Lingüística Aplicada (Unicamp) e professora da UFBA.**

1. MUÑOZ, H. G. LEWIN, P. (org.) El significado de la diversidad lingüística y cultural. Investigaciones lingüísticas
2. CALVET, L.J. Linguistique et colonialism: petit traité de glottophagie. Paris. Payot, 1978.
3. Mexico. Universidad Autonoma Metropolitana y Instituto Nacional de Antropología e Historia. Centro Inah Oaxaca, 1996.



Centro Afro Carioca de Cinema

Para alguns em nosso país a vida começa aos quarenta! Quebrando esta regra, o cineasta Zózimo Bubul inaugura, aos setenta anos, o Centro Afro Carioca de Cinema, bem no coração do Rio de Janeiro, a Lapa.

*Fernanda Felisberto**

O lançamento do espaço foi em grande estilo, com a realização do I Encontro do Cinema Negro Brasil-África, com curadoria do próprio Zózimo Bubul. O evento aconteceu no Rio na semana de 22 a 28 de novembro e, depois, seguiu na semana seguinte para Salvador.

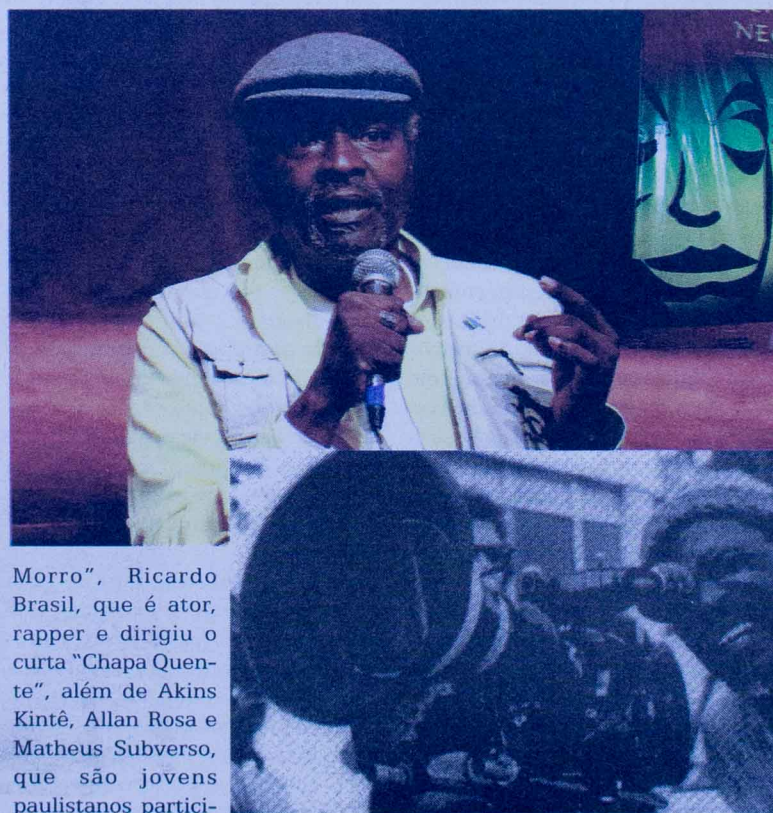
O I Encontro do Cinema Negro Brasil-África serviu também para fazer uma homenagem a Sembène Ousmane, cineasta, escritor e ativista senegalês, que faleceu aos oitenta e quatro anos, em junho de 2007, em Dakar, Senegal. O homenageado foi um dos pioneiros na produção cinematográfica africana, premiado duas vezes no Festival de Veneza e considerado o "pai do cinema africano". O público pôde assistir sua última produção, Moolaadè, de 2005.

O evento foi marcado pela diversidade. Ao todo foram quarenta e três cineastas brasileiros selecionados, mais onze africanos. A curadoria dos filmes exibidos foi muito democrática, pois reuniu cineastas brasileiros já conhecidos do grande público, como Joel Zito Araújo, Jefferson D, Antonio Pilar, Ari Candido, Antonio Pompeo, Clementino Jr., Jorge Coutinho, Waldir Onofre, Haroldo Costa, An-

tonio Pitanga, Lázaro Ramos, MV Bill, Rogério Moura, Zózimo Bubul, entre outros. Mas também foram selecionados trabalhos de Luciano Vidigal, integrante da ONG "Nós do

pantes do Sarau da Cooperifa, e muitos outros...

As mulheres deram um tom diferenciado ao evento, que pôde contar com a participação de nove

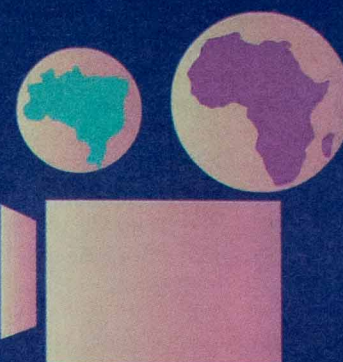


cineastas brasileiras, de diferentes regiões do país. São elas: Lílian Santiago, que dirigiu o documentário "Família Alcântara"; Ilea Ferraz e Maria Alves, que também são atrizes; Carmem Luz, que dirige a Cia. Étnica de Dança; Dandara, que apresentou o "Gurufim na Mangureira"; Janaína Oliveira a rapper Re.fem (Revolta Feminina), que dirigiu o documentário "Rap de Saia"; Patrícia Freitas, de Salvador, além de Elaine Ramos, formada em Comunicação, cujo projeto de conclusão de curso foi um documentário sobre a vida de Tia Surica, da Portela.

A participação internacional cumpriu o objetivo do evento, pois aproximou os cineastas afro-brasi-

leiros da produção cinematográfica contemporânea africana, tanto através do contato com as obras, como através da participação em um Seminário de reflexões, não só com os cineastas como com os interessados no tema. Promoveu-se ainda uma enriquecedora troca de expe-

I Encontro de Cinema Negro BRASIL-AFRICA



riência de diferentes gerações, com a exibição de obras pioneiras e contemporâneas. Os filmes, com temática diversificada, possibilitaram uma ampla visão do continente africano. Foram onze produções de África selecionadas, mas participaram como convidados Mansour Sora Wade, do Senegal, com o filme "Preço do Perdão", Olá Bologum, da Nigéria, com o filme "A Deusa Negra", Zezé Gamboa, de Angola, com o filme "O Herói", e Newton Auduaka, da Nigéria, com "Ezra".

Para o idealizador e curador do evento Zózimo Bulbul, a criação do Centro Afro Carioca de Cinema, com Bizza Viana, é um sonho antigo, um espaço especialmente destinado a exibir filmes de diretores africanos, afro-brasileiros e afro-descendentes, e os seus próprios filmes também. Zózimo é um importante ícone do cinema negro brasileiro, com destacada participação no Cinema Novo, nas décadas de 60 e 70, quando atuou em filmes como "Terra em Transe", de Glauber Rocha, "Compasso de Espera", de Antunes Filho, e recentemente participou de "Filhas do Vento" de Joel Zito Araújo. Entre outros trabalhos, Zózimo dirigiu "Samba no Trem" e "Alma no Olho".

Em 1997, Zózimo participou do FESPACO, um festival de cinema e televisão Pan Africano, realizado a cada dois anos em Burkina Faso, e considerado o maior festival cinematográfico do con-

tinente. O cineasta confessa que, na ocasião, levou um grande susto, pois foi levado para um estádio de futebol, com cerca de trinta e cinco mil pessoas, para ver cinema! E foi motivado por este espírito de popularização do cinema que o Centro Afro Carioca de Cinema também foi criado. Para seu idealizador, aos setenta anos, o que se materializa agora é, antes de tudo, um lugar de resistência, uma vez que pretende manter uma grade permanente para exibição de filmes, além de um espaço de encontros e reflexões sobre a arte de fazer cinema.

Aos cariocas, o convite para visitar o espaço já está feito e, aos cinéfilos de outros espaços, também, é só chegar! O cinema negro, brasileiro e internacional, agora tem uma casa permanente no Rio de Janeiro. Segundo Zózimo, o I Encontro não pára por aí, ano quem vem tem mais, e com convidados da América Latina, quem sabe....

** Doutoranda no programa de
Literatura Comparada da UERJ.*

Serviço:

Centro Afro Carioca de Cinema
Site: <http://www.afrocariocadecinema.com.br/>

Endereço: Rua Joaquim Silva, n. 40,
Lapa, RJ.

Festival FESPACO
<http://www.fespaco.bf>





Participação na saúde é desafio à propaganda

Envolver a população negra no controle social da saúde implica formas de mobilização e comunicação à altura da tarefa

Lunde Braghini*

Gosto muito de lembrar o *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus. Para mim, um ponto alto de nossa literatura. Nascida em 1914 e morta em 1977, Carolina foi contemporânea exata de Carlos Lacerda, o político de direita, filho de Maurício de Lacerda, panfletário de esquerda que deu ao filho o nome "Carlos Frederico" em homenagem a Karl Marx e a Friedrich Engels, os teóricos do comunismo.

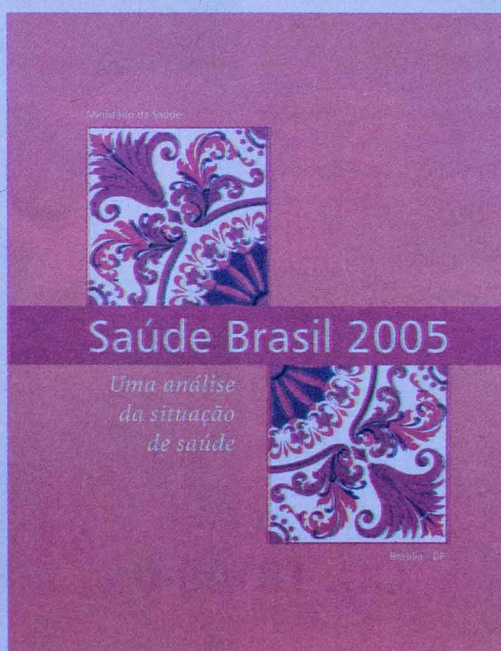
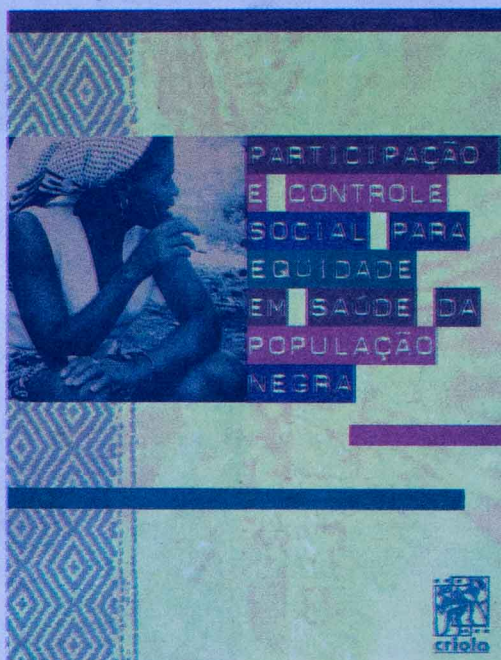
Num capítulo ironicamente intitulado "As leis da hospitalidade", a autora descreve uma situação em que, à procura de abrigo, em viagem que fizera a Ribeirão Preto buscando tratamento médico, conheceu as maiores maldades que se pode impingir a uma pessoa para lhe mostrar que não é bem-vinda no lugar onde procura acolhida.

Em paralelo com a hospitalidade com a qual se acolhe ou não uma pessoa, o sucesso da comunicação também depende da disposição com se recebe e acolhe aquilo que é comunicado. Um bocado da angústia do propagandista da questão racial é saber que alguma coisa da condição humana está em jogo também na indiferença com que se acolhem as estatísticas da desigualdade racial. E um bocado de sua esperança está justamente na possibilidade de mudar essas condições de recepção.

Dados de jogar? – "O risco de uma criança preta ou parda morrer antes dos cinco anos por causas infecciosas e parasitárias" – de acordo com conclusões do livro *Saúde Brasil 2005: uma análise da situação de saúde* – "foi 60% maior que o risco de uma criança branca". Além disso, "também o risco de morte por desnutrição mostrou diferenças, sendo 90% maior entre crianças pretas e pardas que entre brancas" (p.809).

Dados assim deveriam ser lidos por estudantes de engenharia. Eles poderiam discutir horas a fio como é que poderiam calcular e construir dados viciados, imperfeitos – penso agora naqueles dados de jogar, como os de que se valem os trapaceadores para ganhar –, com essas "especificações técnicas" probabilísticas.

Imagino que haja questões matemáticas interessantes em torno de como dispor a massa



de um dado de jogar (do material que fosse – gesso, argila, chumbo etc.) de modo a condicionar o acaso na proporção com que o racismo faz. Tipo assim, como acontece quando se diz: "o risco de uma pessoa negra morrer por causa externa foi 56% maior que o risco de uma pessoa branca, se fosse um homem negro o risco seria 70% maior que o risco do homem branco" (p.810).

Senão proeza matemática (seria mesmo simples o cálculo e a construção?), seria uma façanha de propaganda: no mínimo implicaria o engajamento de engenheiros na recepção de dados que – além de ter a ver com o chão que todos pisamos e com o "jogo" que jogamos com o racismo – chamam toda a atenção de quem os estuda detidamente.

Por exemplo, depois de constatar que "ser preto ou pardo foi fator de risco para o homicídio comparado à população branca, independente da escolaridade", os pesquisadores sublinham que "é interessante notar que as diferenças no risco de homicídio na população preta ou parda em relação à branca foram ampliadas no grupo de maior escolaridade" (p.810, grifos meus).

Segundo volume em uma série de três publicados até o momento, *Saúde Brasil 2005* foi o primeiro da série a concentrar-se no peso da variável racial. Em *Saúde Brasil 2006*, com foco nos problemas da adolescência, destacou-se que "em 2004, 26.276 meninas com idade até 14 anos tornaram-se mães no Brasil, com chance 50% maior para as meninas negras". Entre os adolescentes, os estudiosos também constataram "uma grande desigualdade de gênero (rapazes têm uma taxa nacional de mortalidade 11 vezes maior que as meninas) e de raça/cor (maior risco para os negros)".

Manual – A pressão do movimento negro fez a chamada estatística descritiva começar a descrever os padrões da desigualdade racial brasileira no campo da saúde. Essa trajetória de mobilização e pressão está parcialmente evocada no manual *Participação e Controle Social para Equidade em Saúde da População Negra*, distribuído pela Criola na Conferência Na-

cional de Saúde, realizada em novembro de 2007.

Protagonistas do processo que culminou na aprovação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e presenças assíduas nas páginas do Ìrohìn, Fernanda Lopes e Jurema Werneck apresentam o manual, concebido para integrar uma campanha de fortalecimento da consciência da população negra sobre o direito à saúde, aspecto bastante enfatizado na entrevista com Ana Costa, diretora do Departamento de Apoio à Gestão Participativa do Ministério da Saúde, publicada na penúltima edição do Ìrohìn (nº 19).

Participação e controle social têm bastante a ver com uma noção incorporada há pouco tempo – assim como o próprio direito à saúde – no vocabulário político brasileiro: a de transparência da informação. A transparência de um dado tem a ver com seu caráter público. Em inglês, esse caráter público tem a ver com a palavra "publicity", que é falsamente próxima de nossa palavra publicidade, termo com que designamos o anúncio de produtos (para eles, "advertising"). E esse caráter público permite o chamado "controle social".

O manual socializa informações, transcreve documentos – como o da própria Política Na-

cional de Saúde Integral da População Negra –, indica momentos, mostra caminhos, faz alertas. Todavia, parece carecer de apelo, de convite, de interpelação. Parece burocrático demais. Mais Estado que movimento, talvez. Falta-lhe um pouco do vigor das sucessivas interrogações com que a própria Fernanda Lopes, ao encerrar um belo artigo sobre as conquistas negras na saúde – "Se você me nega, eu me assumo. O direito à saúde e a busca por justiça social" (Ìrohìn, nº18) – desdobrava uma questão-chave: afinal, no mundo real, quando essas mudanças poderão ser percebidas?

**Mestre em Comunicação e jornalista (DF).*

Ajude a manter a imprensa negra

Sua colaboração é decisiva



O Ìrohìn é uma organização não-governamental sem fins lucrativos com dois produtos de mídia: o jornal impresso e um sítio na internet. Desde a retomada de agosto de 2004, edição nº 6, o jornal impresso já triplicou sua tiragem, alcançando nesta edição 16.000 exemplares. Considerando, muito por baixo, dois leitores para cada exemplar, já atingimos 32.000 leitores em todas as regiões do país. A demanda diária por assinatura gratuita já atinge uma média de 8 solicitações/dia e cadastramos cerca de 9.000 assinantes no Brasil e no exterior. Está disponível na internet, desde o dia 29 de maio de 2006, o Ìrohìn on line (www.irohin.org.br), com atualização diária, que já alcança 23.459 visitas/mês.

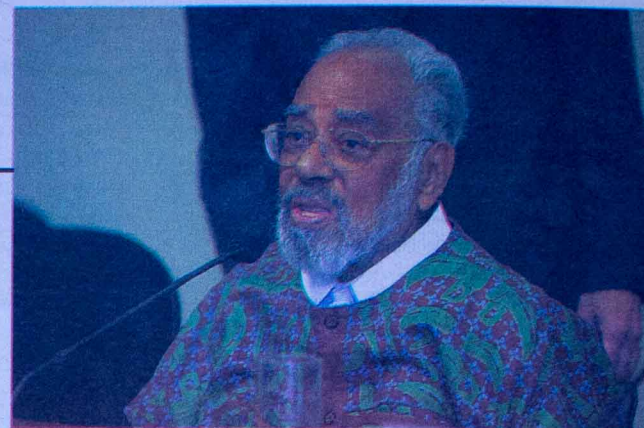
Os custos de elaboração, impressão e distribuição são crescentes e queremos, com sua contribuição, continuar

a informar e fortalecer a luta contra o racismo e pela superação das desigualdades raciais. Sua doação deverá ser depositada na **conta Irohin, Banco Itaú, agência 1584, conta corrente 18100-0, valor mínimo de R\$15,00**. É importante remeter o comprovante da doação para nossa Caixa Postal 04372, CEP.: 70904-970, Brasília-DF, ou através do fax: (61) 34471729.

Ìrohìn
Banco Itaú
Ag.: 1584
CC: 18100-0



CARTA & CIDADANIA



Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2007.

Senhor Presidente da República, nosso querido Lula,

Saudações quilombistas no Dia Nacional da Consciência Negra.

Tenho recebido das mãos de Vossa Excelência honrarias que muito me orgulham, e que recebo em nome do povo afrodescendente deste País, pois entendo que os méritos a ele pertencem. Por isto não poderia deixar de me manifestar no dia de hoje ao povo negro, a todo o povo brasileiro, e a nossos governantes, na pessoa de Vossa Excelência, pois a felicidade do negro, como disse o poeta, é uma felicidade guerreira.

Enquanto muito me alegram e me honram a outorga da Grã Cruz da Ordem do Mérito Cultural e a minha inclusão na mais alta classe da Ordem do Rio Branco, observo que as desigualdades raciais no Brasil continuam agudas e profundas. Diariamente recebo notícias de pesquisas quantitativas que confirmam este fato. Só no dia de hoje, por exemplo, soubemos por pesquisadores da UFRJ que as principais causas de mortalidade de homens negros são violentas, como homicídios, enquanto os brancos morrem mais por doenças. Ainda hoje, também, soubemos que a Fundação SEADE concluiu que brancos ocupam quatro vezes mais cargos executivos que negros.

Setores poderosos, detentores dos meios de comunicação de massa no país, estão deflagrando uma campanha no sentido de desacreditar essas estatísticas e vilipendiar aqueles, como Vossa Excelência, que pensam na necessidade de políticas públicas de combate a essas desigualdades. Novamente nos acusam de racismo, usando o falso argumento de que o critério de classificação racial, e não a realidade social, causa divisões perigosas em nossa sociedade. Há décadas os intelectuais negros afirmam que raça nada tem a ver com biologia ou genética, mas que, como categoria socialmente construída, é uma dura realidade discriminatória baseada em características de aparência.

Senhor Presidente, suas recentes visitas à África somadas a outras iniciativas como a promulgação da lei 10.639/03 e a implantação da política de cotas reparatórias nas universidades têm propiciado um novo clima que permite debater questões sérias que vinham sendo ocultadas ou negadas pelas elites entrincheiradas no mundo acadêmico e no universo da mídia. Ora, diante de um momento tão encorajador, fomentam, com crescente agressividade, essa campanha desestabilizadora da sociedade, em que a desinformação deliberada rivaliza com a malevolência racista, e que objetiva intimidar todo um povo e enganar toda uma nação.

Assistimos como, na casa dos representantes do povo, após receber com grande repercussão os porta-vozes dessa campanha, se mandou "calar a boca" aos negros que usaram de seu legítimo direito democrático de apresentar as suas demandas. Assusta pensar que legisladores capazes de semelhante agressão se pronunciarão, daqui a alguns meses, sobre o Estatuto da Igualdade Racial, cujas propostas abrem novas perspectivas para melhorar as relações sociorraciais e trazer um vento de esperança à população negra preterida.

Senhor Presidente, hoje a Ministra da SEPPIR, nossa querida Matilde Ribeiro, lhe apresenta o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, fruto de todo um processo de deliberações para a construção dessas políticas públicas. Venho hoje lhe convocar a não esmorecer na sua decisão de implementá-las, pois nossa população aguarda políticas efetivas, o que significa investimento de recursos humanos e orçamentários.

Há muito tempo os economistas comprometidos com o povo brasileiro vêm falando que o nosso país precisa crescer, para valer, para absorver as legiões de jovens que, a cada ano, procuram ingressar no mercado de trabalho. Estamos acumulando décadas perdidas com a falta de desenvolvimento econômico intensivo em emprego, com a transversalidade de raça e gênero, associada à redução do papel do Estado na área social. Como consequência, os problemas sociais vêm atingindo patamares perigosos. Haja vista a violência em nossas cidades que alcança índices de genocídio entre a juventude negra e favelada.

Reconheço o grande avanço que significa a Lei 10.639/03, que visa fazer o resgate de nossa história e de nossa memória e torná-las patrimônio cultural de todo o povo brasileiro, mas tenho que elevar a minha voz para dizer que esta lei não está sendo cumprida, ou tem a sua implementação dificultada, por todos aqueles que não querem mudanças nas relações de dominação racial em nosso país.

Reconheço o avanço contido no Programa Brasil Quilombola, e convoco Vossa Excelência a continuar investindo cada vez mais neste setor, apesar da campanha de mídia que caracteriza programas dessa natureza como criminosos e racistas, no intuito de desmoralizá-los e favorecer os interesses fundiários estabelecidos. Deflagra-se, ainda, uma onda de violência, também no intuito de favorecer tais interesses, tendo sido hoje assassinado um quilombola no estado do Espírito Santo. É preciso avançar nas titulações e fazer valer os direitos das comunidades quilombolas contra as ameaças constantes de despejo de seus territórios. Não podemos, com coerência, celebrar Zumbi do Quilombo dos Palmares, herói nacional, enquanto as populações dos quilombos do Brasil são agredidas e têm seus direitos desrespeitados!

Aliás, na qualidade de co-fundador e ex-presidente do Memorial Zumbi, movimento da sociedade civil que conduziu à criação da Fundação Cultural Palmares e à desapropriação das terras da Serra da Barriga, venho lhe indagar como, no ato cívico realizado ontem nas terras de Palmares, faltaram as bandeiras do Brasil, do Estado de Alagoas, e do Município de União dos Palmares. Trata-se de um simbolismo fundamental. Esta data, esta luta e as políticas públicas de igualdade racial são bandeiras do Brasil e de seus governos locais e estaduais, não só dos afrodescendentes!

Finalmente, quero dizer que tenho fé nas forças que querem transformar o meu país. Também nutro a convicção maior de que as energias que brotam do coração de Zumbi dos Palmares e de todos os nossos ancestrais ampliarão, cada vez mais, a consciência negra neste país. De negros e de brancos que sonham o sonho bom da liberdade e da justiça.

Por isto, Senhor Presidente, aceite nossas saudações quilombistas, pois o quilombismo é uma proposta para a Nação. Zumbi vive em nós, homens e mulheres da resistência anti-racismo e da construção de um Brasil justo e democrático. Axé!

Abdias Nascimento

ISSN 18085369



9771808536008